

PESQUISAS EM

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Introduções Metodológicas



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Coleção
Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais

Vol. 1



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora Berenice Quinzani Jordão
Vice-Reitor Ludoviko Carnasciali dos Santos

Conselho Editorial Acadêmico
Responsável pela publicação desta obra

Alfredo dos Santos Oliva (UEL)
Alex Fabiano de Toledo (PUC – SP)
Andréa de Almeida Torres (UNIFESP)
Antônio Mendes da Costa Braga (UNESP – Marília)
Flavio Braune Wiik (UEL)
Flávio Munhoz Sofiati (UFG)
Luciano Augusto Gomes (UEL)
Maria Renata da Cruz Duran (UEL)
Monica Selvatici (UEL)

PESQUISAS EM
**CIÊNCIAS
HUMANAS E
SOCIAIS**

Introduções Metodológicas

Fabio Lanza

Claudia Neves da Silva

José Wilson Assis Neves Junior

Villenon Edlon de Oliveira Almeida

Vinícius dos Santos Moreno Bustos

(Orgs.)



**LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE
RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES**

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P474 Pesquisas em ciências humanas e sociais [livro eletrônico] :
introduções metodológicas / Fabio Lanza...[et al.] (orgs.). – Londrina :
UEL/Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades, 2017.

1 Livro digital : il. - (Pesquisas em ciências humanas e sociais ;
v.1)

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Disponível em: [http://www.uel.br/laboratorios/
religiosidades/pages/publicacoes-do-leer.php](http://www.uel.br/laboratorios/religiosidades/pages/publicacoes-do-leer.php)

ISBN 978-85-7846-428-8

1. Ciências sociais – Pesquisa. 2. Pesquisa quantitativa. 3.
Pesquisa qualitativa. I. Lanza, Fabio. II. Universidade Estadual de
Londrina. Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades.

CDU 301.08

Obra realizada pela equipe de pesquisadores do “LERR – UEL” e disponível em
<http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/pages/publicacoes-do-lerr.php>

Os capítulos são de inteira responsabilidade direta de seus autores, os Organizadores e o
Conselho Científico não se responsabilizam pelas opiniões emitidas pelos mesmos.

Sumário

APRESENTAÇÃO PRELIMINAR DA COLEÇÃO “PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS” 6	
<i>José Wilson Assis Neves Júnior & Fabio Lanza</i>	
PESQUISA QUANTITATIVA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA QUESTÃO DE MÉTODO 9	
<i>Clara Margaça & Donizete Rodrigues</i>	
EMPREENDEDORISMO E NEOPENTECOSTALISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DA IGREJA BOLA DE NEVE NO MEIO VIRTUAL 21	
<i>Maryana Marcondes</i>	
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO ETNOGRÁFICO: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TEORIA E MÉTODO 31	
<i>Franciele Rodrigues</i>	
O TEXTO ACADÊMICO 43	
<i>Letícia Jovelina Storto & Antonio Lemes Guerra Junior</i>	
CATEGORIAS DE ANÁLISE APLICADAS NA INVESTIGAÇÃO DOCUMENTAL: ESTUDOS DO SEMANÁRIO CATÓLICO O SÃO PAULO 56	
<i>José Wilson Assis Neves Júnior & Fabio Lanza</i>	
FOLKCOMUNICAÇÃO OUTSIDER: EXPERIÊNCIAS DE UMA PESQUISA 66	
<i>Villenon Edlon de Oliveira Almeida</i>	

APRESENTAÇÃO PRELIMINAR DA COLEÇÃO “PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS”

José Wilson Assis Neves Júnior¹

Fabio Lanza²

As obras no formato *e-book* da coleção “Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais” são uma iniciativa do *Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades* (LERR/UEL), formado, principalmente, por professores e pesquisadores vinculados aos Departamentos de Ciências Sociais, História e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR e por colaboradores externos de distintas Instituições de Ensino e Pesquisa, nacionais e internacionais.

O objetivo editorial desta coleção é a disseminação de contribuições acadêmicas com perspectivas didáticas que apresentem diferentes Metodologias de Pesquisa pertencentes às áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, que tenham por intuito os fundamentos teórico-metodológicos a partir da trajetória de pesquisa dos/as autores. A abordagem adotada visa ao ensino de Metodologias Científicas específicas para a formação de discentes em nível de Graduação, com especial enfoque na iniciação científica e pesquisa.

Numa linha editorial inovadora a partir do modelo *handbook*, os volumes desta coleção almejam apresentar, de forma sucinta, conteúdos científicos que possibilitem fomentar reflexão e instrumentalização de graduandos para iniciar sua trajetória que vinculará ensino e pesquisa. Para maior compreensão da proposta, definimos que

entre os objetivos de um *handbook* destacam-se o de cobrir a amplitude do campo de conhecimento, oferecendo uma substantiva visão geral das teorias e metodologias de pesquisa, enquanto que cada capítulo fornece o contexto mais amplo das questões tratadas, ao lado dos debates e controvérsias que ocorrem em contextos históricos e

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. Mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades (LERR – UEL). E-mail: nevesjr1991@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UEL-PR e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR/UEL), membro das equipes do OBEDUC e PIBID de Ciências Sociais/UEL. E-mail: lanza1975@gmail.com

contemporâneos da pesquisa, incluindo uma bibliografia *up-to-date* das principais fontes, sem desprezar os estudos clássicos. Não só o estado atual do conhecimento é focalizado, com seus pontos fortes e deficiências, muitas vezes os autores dos capítulos apresentam uma agenda para pesquisas futuras que refletem não só os seus interesses, mas também temas que outros estudiosos possam selecionar para suas pesquisas (HAYASHI, 2014, p.494).

Os Métodos de Pesquisa são a base imprescindível para a garantia do rigor científico dos trabalhos produzidos no universo acadêmico, constituindo-se enquanto uma ferramenta essencial de limitação às possíveis parcialidades que decorrem da subjetividade do pesquisador e que podem vir a influenciar de forma decisória nos resultados da análise que este empreendeu sobre a realidade.

Assim, apesar de reconhecer que as concepções de mundo a quem pesquisa sempre exercerão determinada condicionalidade no processo de produção científica, considera-se que a utilização de métodos específicos e apropriados de investigação subsidiam determinado cuidado que proporciona maior cientificidade no trato dos dados de pesquisa. Esse cuidado indicado pode ser compreendido enquanto vigilância epistemológica e uma

condição de ruptura que se impõe entre o senso comum e o discurso científico. Durante a prática profissional, ou no decorrer do processo de observação em campo, o pesquisador tende a estabelecer uma relação com o seu objeto e, em se tratando de uma relação social, os dados geralmente se apresentam como configurações vivas, singulares, e demasiado humanas. [...] A epistemologia possui uma função importante na pesquisa, pois estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos (GONÇALVES, LISBOA, 2007, p. 86).

Cabe, assim, ao pesquisador reconhecer quais metodologias serão pertinentes para a compreensão científica do objeto que se pretende estudar, capacidade que é exercitada reflexivamente de forma constante e contínua.

Acredita-se, então, que uma compreensão básica inicial sobre limites, alcances e aplicações dos distintos Métodos de Pesquisa fornecerão às/aos jovens graduandos/as uma perspectiva aprofundada no delineamento de seus problemas, objetos e os caminhos investigativos adequados para o empreendimento da sua iniciação científica, bem como nos trabalhos de conclusão de curso.

É, portanto, necessário esclarecer que os materiais apresentados nos volumes da Coleção “Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais” não constituem obras de discussão metodológica que pretendem servir como base

no empreendimento de Pesquisas Científicas acadêmicas em nível de Pós-Graduação.

Ressalta-se, ainda, a relevância da publicação do material no formato digital *e-book*, ao passo que se considera a atual conjuntura social que incide sobre a realidade dos/as jovens que adentram o Mundo Acadêmico, a qual se caracteriza pela dinamicidade socioeducativa inerente ao espaço virtual. Destaca-se, ainda, a maior amplitude de disseminação e alcance que deve ser atribuída aos materiais didáticos disponibilizados no formato digital, agilizando o acesso de estudantes aos conteúdos desejados.

O volume “Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais – Introduções Metodológicas” conta com cinco capítulos que apresentam contribuições nacionais e internacionais relativas às seguintes áreas do conhecimento: Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), Psicologia e Letras. Nele são apresentados alguns princípios introdutórios da elaboração de textos acadêmicos e na definição das categorias de análise. Também são abordadas Metodologias de Pesquisa Quantitativas e Qualitativas, exemplificando sua aplicabilidade na análise de objetos das Ciências Humanas e Sociais.

Referências:

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, Florianópolis, p. 83-92, abr. 2008.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Handbooks: base de conhecimento para a compreensão dos estudos sobre ciência, tecnologia, inovação e sociedade. **Estudos de Sociologia**. Araraquara v.19 n.37 p.493-501 jul.-dez. 2014.

PESQUISA QUANTITATIVA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA QUESTÃO DE MÉTODO

Clara Margaça³
Donizete Rodrigues⁴

Introdução

Como nos ensina o filósofo da ciência Karl Popper (1959), do ponto de vista epistemológico, teorias, métodos, categorias e conceitos são indispensáveis e fundamentais para a definição do que (não) é ciência e, conseqüentemente, na (re)produção de conhecimento científico.

Considerando a temática principal deste livro, uma primeira e importante indagação que se coloca é: o que é um método? Este capítulo pretende discutir a pesquisa quantitativa nas ciências sociais, mas o que caracteriza um método qualitativo e um método quantitativo? Quais são as grandes diferenças entre eles? Quando e em que situação é mais adequado aplicá-los? E o que são as técnicas?

O método é um corpo de práticas, procedimentos e regras usados no processo de busca de dados, de informações, num campo específico do conhecimento. No caso das ciências sociais, baseando-se em teorias e observações já existentes, os cientistas sociais utilizam o/um método como uma estratégia integrada para organizar as suas práticas de pesquisa. O método, como uma forma de atuação orientada para o conhecimento da realidade empírica, auxilia na seleção, observação, recolha, classificação e análise dos fenómenos e factos sociais, ou seja, da realidade social. As técnicas, por sua vez, são instrumentos e práticas de recolha e tratamento das informações, que

³ Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade da Beira Interior (Covilhã, Portugal) e Pesquisadora do Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades (LERR – UEL). claramargaca@gmail.com

⁴ Professor Associado com Agregação (Livre-Docência) da Universidade da Beira Interior e Investigador-Sênior do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-Universidade Nova de Lisboa). donizetti.rodrigues@gmail.com

podem ser: oral, documento escrito, filme/vídeo, fotografia e dados estatísticos (BECHHOFFER; PATERSON, 2000).

Os métodos estão divididos em duas grandes categorias: i) quantitativo, caracterizado pela ausência do pesquisador no terreno, que trabalha com dados estatísticos e com questionários/inquéritos e; ii) qualitativo, caracterizado pela observação direta e observação-participante do pesquisador no terreno, utilizando ainda a entrevista (semi) diretiva e/ou conversas informais e a análise de conteúdo das narrativas orais e/ou escritas (CRESWELL, 1998). Embora o quantitativo seja mais utilizado pela Psicologia e pela Sociologia e o qualitativo pela Antropologia, estas categorias não implicam, necessariamente, uma separação, exigindo a opção por apenas um método. Como realçaram Bernard e Gravlee (2015), há uma “false Qual-Quant divide” (p. 01). Na verdade, há inúmeras pesquisas no campo das ciências sociais que conjugam os dois métodos (BECHHOFFER; PATERSON, 2000), aquilo a que Denzin (1989) apelida de triangulação metodológica⁵.

Nas Ciências Sociais, pesquisas que recorrem aos métodos quantitativos vem ganhando cada vez mais peso ao longo do tempo. Quando em 1930, na Universidade de Chicago, Stouffer defendia a sua tese de doutoramento, surgia uma nova discussão, dentro da comunidade científica, acerca da oposição/aceitação dos métodos qualitativo e quantitativo. De forma geral, esta oposição remete diretamente para o problema de ‘como’ produzir dados e que ‘tipo’ de dados produzir. Uma outra dimensão do debate entre métodos quantitativo e qualitativo diz respeito ao discurso sobre a validade dos resultados alcançados, com base na informação recolhida, ou seja, à sua validade “externa”, a sua representatividade. O contexto de pesquisa surge, também, como outro diferenciador destes dois métodos; as expressões que, possivelmente, melhor definem a oposição entre ambos é: “olhar de fora” e “olhar de dentro” a realidade social. Um visto como, “quantificador” e “normalizador”, seria a (fria, porém objetiva) análise estatística, e o outro, como “qualificador” e

⁵ A triangulação metodológica consiste em utilizar várias abordagens – neste caso, na combinação de métodos quantitativos e qualitativos - que permitem estabelecer ligações entre resultados obtidos por diferentes métodos, promovendo uma melhor ilustração e compressão dos resultados.

“provocador”, seria o da (próxima, contudo subjetiva) análise qualitativa (MATOS, 2014).

Segundo Minayo e Sanches (1993), o conhecimento científico é a articulação entre uma teoria e uma realidade empírica, sendo o método utilizado o ‘fio condutor’ para essa articulação. O planejamento de uma pesquisa científica exige do pesquisador – que deve assumir uma atitude distanciada e neutra - conhecimentos acerca de uma série de fatores para que os resultados sejam confiáveis e plenamente aceites pela comunidade. Assim, a escolha da metodologia adequada para explorar e analisar um determinado fenômeno é o primeiro passo para tal confiabilidade, sobretudo nas ciências sociais e humanas, onde a complexidade do objeto de estudo exige um elevado grau de rigor metodológico. Portanto, segundo esta linha de pensamento, neste capítulo pretendemos expor aos leitores que é possível, no campo das ciências sociais, optar pelo método quantitativo, quais as suas vantagens e limitações, bem como, através de exemplos práticos, os testes estatísticos a ele associados.

O método quantitativo e as *soft sciences*

Retomando a tese de Stouffer (1930), já sabemos que esta ensejou um amplo debate acadêmico sobre a propriedade dos métodos quantitativo e qualitativo nas Ciências Sociais (CS), redundando numa clara prioridade a favor da abordagem estatística, porque: a) foi considerada mais rápida, mais fácil de ser viabilizada e capaz de abranger um maior número de casos; e b) a análise qualitativa foi considerada um mero estudo heurístico, pré-científico e subjetivista.

No âmbito das chamadas *soft sciences* (e.g.: Psicologia, Sociologia), à medida que as observações e mensurações se tornam mais acuradas e extensivas, tem surgido a oportunidade de se usar a linguagem matemática para descrever, representar e interpretar fenômenos sociais, o ser humano e as suas inter-relações. A questão fundamental, porém, é decidir que espécie de argumento matemático é relevante para determinados problemas, quais as limitações impostas e como este método pode ser ampliado e generalizado. Quanto mais complexo for o fenômeno a ser pesquisado, maior deverá ser o

esforço para chegar a uma quantificação adequada e representativa (BRYMAN; CRAMER, 2003).

Nas CS, os estudos pautados pelo paradigma positivista são influenciados, num momento inicial, pela abordagem das ciências naturais, que postulam a existência de uma realidade externa, passível de ser examinada com objetividade, através do estabelecimento de relações causa-efeito, a partir da aplicação de métodos quantitativos de pesquisa, permitindo alcançar verdades universais, o que, por esta ótica, segundo Hayati, Karami e Slee (2006), torna os resultados obtidos reprodutíveis e generalizáveis. Para Scott e Usher (2011), o domínio da epistemologia objetivista/positivista teve consequências ao nível da pesquisa nas CS a dois níveis: 1) na importância atribuída à produção do conhecimento baseada na descoberta de fatos e formulação de teorias visando à generalização; e 2) na adoção de uma linguagem, metodologia e técnicas que passaram a ser adotadas na pesquisa, constituindo para muitos setores da academia os únicos referenciais válidos.

Denzin e Lincoln (2005) referem que a abordagem quantitativa apresenta como características o seguinte: i) obedece a um plano/projeto pré-estabelecido; ii) apoia-se na teoria para desenvolver as hipóteses e as variáveis de pesquisa; iii) examina as relações entre as variáveis por métodos experimentais ou semiexperimentais controlados com rigor; iv) recorre a instrumentos/programas estatísticos para a análise de dados (e.g.: *SPSS*, *SPSS Amos*); v) confirma hipóteses de pesquisa – realiza previsões específicas de princípios, observações ou experiências; vi) utiliza dados que representam uma determinada população (amostra), a partir dos quais são generalizados os resultados; e vii) usa, como instrumentos para recolha de dados, questionários estruturados, elaborados com questões fechadas, testes e *checklists* aplicados por meio de entrevista individual, apoiada por um questionário convencional impresso ou eletrónico. De forma mais sucinta e para melhor compreensão, vejamos a tabela a seguir:

Objetivo	Comprovação por dedução.
Finalidade	Testar teorias, previsão, estabelecimento de fatos e testar hipóteses.

Realidade investigada	Objetiva.
Foco	Quantidade.
Amostra	Determinada por critério estatístico.
Caraterística da amostra	Numerosa.
Características do instrumento de recolha de dados	Questões objetivas. Aplicação num tempo curto.
Procedimentos	Isolamento de variáveis. Evitar interação entrevistador-entrevistado.
Análise de dados	Estatística e numérica.
Plano de pesquisa	Desenvolvido antes de o estudo ser iniciado. Proposta estruturada e forma.
Resultados	Comprovação de hipóteses. Base para a generalização dos resultados.
Confiabilidade e validade	Determinável.

Tabela 1 – Caraterísticas da abordagem quantitativa, adaptado de Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (2005).

O novo paradigma nas ciências sociais e humanas, nas palavras de Günther (2006), é caracterizado por ser relativista, integrador e contextual, além de valorizar a cultura, os contextos sociais e económicos (fatores sociodemográficos), em que a matemática é a linguagem utilizada para a sua interpretação, sendo que, seguidamente, se faz a correlação da realidade empírica com a teoria que embasa o estudo. Assim, os estudos quantitativos devem atender aos critérios de cientificidade: validade, confiabilidade e generalização (dos resultados).

No que diz respeito a vantagens e limitações desse tipo de método, podemos considerar, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004):

Vantagens	Limitações
Possibilita a análise direta dos dados.	Não permite a análise das relações.

Possui força demonstrativa.	Os resultados podem ser considerados como uma verdade absoluta.
Permite a generalização pela representatividade.	O significado é sempre sacrificado em detrimento do rigor matemático exigido pela análise.
Permite inferência para outros contextos.	

Tabela 2 – Vantagens e desvantagens da abordagem quantitativa, adaptado de Alves-Mazzotti; Gewandsznajder (2005).

A Ciência Social empírica que utiliza métodos quantitativos (estatística) está preocupada com resultados gerais e coletivos. Por exemplo: comparar médias entre grupos (uso da estatística descritiva); fazer uma análise de causa-efeito para determinar os principais efeitos (e.g.: efeito da religiosidade e da espiritualidade na recuperação da doença). Resumidamente, segundo Ramos (2013), o uso dos métodos quantitativos para análise de problemas da realidade social serve para três propósitos básicos, os quais podem estar presentes num mesmo estudo ou separadamente em estudos diferentes: 1) descrever e/ou comparar características de grupos sociais, realidades, contextos ou instituições; 2) estabelecer relações causais, ou seja, verificar os efeitos das variáveis, a sua extensão particular e o efeito em bloco de uma série de variáveis independentes em relação a outra, que é a dependente; e 3) inferir resultados para uma população, a partir dos resultados obtidos numa amostra (estatisticamente representativa).

Como estudar o ser humano e as suas relações

O médico e psicólogo alemão Wilhelm Wundt (1832-1920), no século XIX, começa a estudar o comportamento humano, o que, com o passar do tempo, faz surgir a necessidade de criação de instrumentos capazes de mensurar, com confiabilidade, as capacidades humanas. Foi o cientista britânico Sir Francis Galton (1822-1911) que colocou pela primeira vez o problema da medição das

diferenças individuais, elaborando provas pioneiras que podem ser consideradas os primeiros testes. Assim, no início do século XX, é preenchida esta lacuna com a emergência da psicometria⁶, com os primeiros testes de inteligência (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008) construídos por Alfred Binet (1857-1911) – *escala métrica de Binet-Simon*, seu colaborador.

A seleção das técnicas e dos instrumentos não só dependem das questões de partida, mas também da situação concreta de pesquisa (e.g.: contexto), pois só a visão global permite determinar o que será mais adequado e o que será capaz de fornecer os dados pretendidos (COUTINHO, 2011). Segundo Matos (2014), para que um método de pesquisa seja considerado adequado é preciso sabermos se ele responderá aos objetivos que queremos levar a cabo. Assim, a escolha da técnica e do instrumento de recolha de dados dependerá dos objetivos que se pretendem alcançar.

Definido o tema, torna-se necessário escolher o instrumento que melhor medirá as variáveis que queremos estudar. Assim, é de primordial importância ter em consideração alguns fatores, como as dimensões/variáveis a estudar, as características dos indivíduos inquiridos ou critérios de inclusão/exclusão (e.g.: idade, género), a confiabilidade e a validade dos instrumentos, bem como a aferição dos instrumentos para a população que queremos estudar. Imaginemos que queremos estudar a religiosidade em idosos portugueses. Primeiramente, é fundamental construir um questionário sociodemográfico, em que constem itens como idade, género, filiação religiosa, importância da religião, grau de escolaridade – essas serão as nossas variáveis independentes. Relativamente à avaliação da religiosidade, é a revisão da literatura que nos vai permitir optar pelo melhor instrumento, de acordo com os objetivos previamente estabelecidos. Assim, ainda que possa ser tomado como limitação, escolheremos uma escala com poucos itens, atendendo que será aplicada a idosos. Como pretendemos avaliar, igualmente, a espiritualidade, optamos por uma escala que também procure estimar esta dimensão.

A Escala de Espiritualidade (PINTO; PAIS RIBEIRO, 2007) é um instrumento composto por cinco itens centrados em duas dimensões: a

⁶ A psicometria é o ramo especializado da psicologia que se dedica ao estudo e elaboração dos testes de avaliação psicológica e ao desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos estatísticos e de outros processos matemáticos à psicologia.

dimensão vertical - associada às crenças - e a dimensão horizontal – relacionada com a esperança/otimismo, aspeto que atribui sentido e significado à vida, decorrente da relação consigo mesmo, com os outros e com o meio. As respostas são do tipo *Likert*⁷, dadas numa escala de quatro alternativas, entre “não concordo” e “concordo plenamente”. A cotação de cada subescala será efetuada através da média dos itens [da mesma], sendo que, quanto maior o valor obtido, maior a concordância com a dimensão avaliada. Os dados recolhidos serão analisados com recurso ao *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 22, com a finalidade de suportar a investigação e os estudos efetuados, com base num *design cross-section*//transversal de natureza correlacional.

Software e testes estatísticos – como produzir resultados

É função da estatística estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real, através de instrumentos para testar a adequação do modelo. Essa área do saber matemático produziu o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – uma poderosa ferramenta informática que permite realizar cálculos estatísticos complexos, e visualizar os seus resultados, em poucos segundos (MARÔCO, 2007). Não obstante, dois obstáculos se impõem: saber que teste utilizar para responder às questões e interpretar corretamente os resultados do cálculo estatístico efetuado. Nesta secção, vamos demonstrar como se divide a estatística e para que servem e quando devem ser utilizados alguns dos seus testes.

A análise estatística divide-se em paramétrica e não paramétrica. Os testes paramétricos devem pressupor uma distribuição normal da amostra, uma variância homogênea, e a sua relação entre os dados é independente. Por seu turno, os testes não paramétricos não requerem pressupostos sobre a forma da distribuição subjacente aos dados, devendo ser usado se a dimensão da amostra for muito pequena. Os *designs* de investigação quantitativa podem ser descritivos – os indivíduos, selecionados aleatoriamente, são inquiridos apenas

⁷ Tipo de escala de resposta característica do instrumento de recolha de dados, amplamente usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário com base nessa escala, os perguntados especificam o seu nível de concordância com uma afirmação.

uma vez; ou experimentais – os sujeitos são inquiridos em dois ou mais momentos (e.g.: antes e depois de um tratamento). Um estudo descritivo estabelece apenas associações entre variáveis e, por sua vez, um estudo experimental estabelece a causalidade.

Após definida a questão de investigação do estudo e realizada a pesquisa teórica, o passo seguinte é a construção de hipóteses⁸ estatísticas, em que passam a ser definidas as variáveis⁹ da população a ser estudadas, ou seja, aquilo que esperamos observar.

Mas, como sabemos qual o teste estatístico mais adequado para estudar as nossas variáveis? Dentro do grupo dos testes paramétricos, quando se trata de uma amostra, o teste *t-student* consiste em comparar as diferenças das médias entre grupos. Para exemplificar, podemos imaginar que queremos saber se os homens são mais espirituais do que as mulheres. O teste ANOVA (*Analys of Variance*) é um procedimento estatístico ideal para comparar o valor médio de mais de dois grupos. Por exemplo, se quisermos estudar o grau da religiosidade/espiritualidade de acordo com a idade, devem estabelecer-se grupos de comparação por idade (e.g.: Grupo 1 (25 – 40 anos); Grupo 2 (41 - 64 anos); e Grupo 3 (65 – 90 anos), a fim de testar as diferenças entre os grupos.

O procedimento estatístico de correlação determina o grau de associação entre variáveis, permitindo averiguar, por exemplo, se existe relação entre o grau de espiritualidade e o *coping* resiliente dos indivíduos. Seguidamente, a regressão linear simples define uma relação entre a variável dependente e uma variável independente. Fazendo uso de um caso anteriormente estudado (MARGAÇA, 2015), avaliando a capacidade de predição da espiritualidade no *coping* resiliente, a regressão linear simples demonstra-nos que, enquanto variável explicativa do *coping*, a espiritualidade apresenta um valor estatisticamente significativo.

⁸ As hipóteses são uma afirmação ou asserção sobre uma propriedade da população (e.g.: Existe diferença estatisticamente significativa nas crenças entre homens e mulheres).

⁹ As variáveis são propriedades, características individuais ou fatores observáveis/mensuráveis de um fenómeno. Essas podem ser: independentes – fator determinante para que ocorra um determinado resultado. Estímulo que condiciona uma resposta; e dependentes – fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta de algo que foi estimulado. É o efeito observado como resultado da manipulação da variável independente. Podem, ainda, ser nominais (feminino, masculino); ordinais (doença em estado inicial, intermédio ou terminal); quantitativas discretas (e.g.: nº de filhos, idade); e quantitativas contínuas (e.g.: altura).

No universo dos testes não paramétricos, usados em amostras de pequenas dimensões, podemos destacar o *Qui Quadrado* (teste de ajustamento), usado para comparar as frequências dos valores observados com a frequência dos valores esperados, das diferentes categorias de uma variável aleatória. O teste de independência do *Qui Quadrado* permite averiguar se duas variáveis estão relacionadas (e.g.: testar se há relação entre a variável nominal que indica se um indivíduo é detentor de um grau académico e a variável nominal que indica se um indivíduo concorda ou discorda que as condições de vida estão a piorar). Dentro da estatística não paramétrica, é-nos permitido equiparar dois testes com testes paramétricos: o *Mann-Whitney* com o *t-student* e o *Kruskal-Wallis* com a ANOVA. O primeiro é utilizado para aceitar a hipótese nula que afirma que as médias da população são as mesmas para os dois grupos; o segundo tem a mesma utilização, com a diferença de que podem existir mais grupos, tal como acontece na estatística paramétrica.

Considerações Finais

Como vimos, ao optar pela utilização de métodos quantitativos pressupõe-se a observação de fenómenos, a formulação de hipóteses explicativas desses fenómenos, o controlo de variáveis, a seleção aleatória dos sujeitos de pesquisa (amostra representativa da população, permitindo a generalização dos resultados), a verificação ou rejeição das hipóteses, mediante uma recolha rigorosa de dados.

A elaboração de um plano de pesquisa deverá ser precedida de uma revisão da literatura, a qual será essencial para a definição dos objetivos de trabalho, bem como para a formulação de hipóteses e definição de variáveis. Os objetivos consistem essencialmente em encontrar relações entre variáveis, fazendo descrições, recorrendo ao tratamento estatístico dos dados e testar teorias. Pudemos verificar, também, que, para a testagem de hipóteses, existe uma grande variedade de testes, cuja eficácia é reconhecida (e.g.: *teste t*, *Mann-Whitney*).

Para concluir, ao conduzir um projeto de pesquisa, usando o método quantitativo, o nosso objetivo é determinar a relação entre uma variável independente e uma variável dependente dentro de uma determinada

população. No método quantitativo, tem-se como objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis, classificando os dados e tornando-os inteligíveis através de variáveis. Defender esse postulado, nas Ciências Sociais e Humanas, significa aceitar uma orientação nomotética, em que o conhecimento se questiona por hipóteses causais e estatisticamente comprovadas, tendo, imprescindivelmente por detrás, uma teoria de orientação. Assim, transcender o debate 'qualitativo-quantitativo' é hoje uma prioridade para quem pesquisa a complexa realidade social. O que deve determinar a opção metodológica de um pesquisador não é a adesão a uma outra metodologia, mas o objetivo da pesquisa, o problema a analisar, visando sempre a uma melhor compreensão do fenómeno social.

Referências

ACHEN, C. **Two Cheers for Charles Ragin.** *Studies in Comparative International Development*, New York, v. 40, n. 1, p. 27-32, 2005.

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: Pioneira, 2004.

BECHHOFFER, F.; PATERSON, L. **Principle of Research Design in the Social Sciences.** New York: Routledge, 2000.

BERNARD, R.; GRAVLEE, C. (Orgs.). **Handbook of Methods in Cultural Anthropology.** Lanham: MD, Rowman & Littlefield, 2015.

BOCK, A.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, A. (Orgs.). **Psicologias – uma introdução ao estudo de psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BRYMAN, A.; CRAMER, D. **Análise de dados em ciências sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS para Windows.** 3.ed. Oeiras: Celta, 2003.

COUTINHO, C. **Metodologia da Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática.** Coimbra: Almedina, 2011.

CRESWELL, J. **Qualitative Inquiry and Research Design.** London: Sage, 1998.

DENZIN, N. **The Research Act.** Englewood Cliffs N.J.: Prentice Hall, 1989.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (2005). **Handbook of Qualitative Research.** Thousand Oaks: Sage, 2005.

GURVITCH, G. ***Determinismes Sociaux et Liberté Humaine***. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

HAYATI, D.; KARAMI, E.; SLEE, B. **Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty**. *Social Indicators Research*, New York, v. 75, p. 361-394, 2006.

GÜNTHER, H.. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

MATOS, M.. **Metodologias qualitativas e quantitativas: de que falamos?**. *Fórum Sociológico*, Lisboa, v. 24, p. 1-14, 2014.

MARGAÇA, C. **Religiosidade e espiritualidade como fatores promotores de coping resiliente na adultez e na velhice**. 2015. 121f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com utilização do SPSS**. 3.ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MINAYO, M.; SANCHES, O. **Quantitativo – Qualitativo: oposição ou complementaridade**. *Cadernos de Saúde Pública do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, 1993.

PINTO, C.; PAIS-RIBEIRO, J. **Construção de uma escala de avaliação da espiritualidade em contextos de saúde**. *Arquivos de Medicina*, Porto, v. 21, n. 2, p. 47-53, 2007.

POPPER, K. **A Lógica do Método Científico**. São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

RAMOS, M. **Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais**. *Mediações*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 55-65, 2013.

STOUFFER, S. **Experimental comparison of a statistical and a case history technique of attitude research**. PhD Dissertation, University of Chicago, 1930.

SCOTT, D & USHER, R. **Understanding Educational Research: data methods and theory in educational enquiry**. 2.ed. New York: Continuum International Publishing Group, 2011.

EMPREENDEDORISMO E NEOPENTECOSTALISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DA IGREJA BOLA DE NEVE NO MEIO VIRTUAL

Maryana Marcondes¹⁰

Introdução

Este capítulo visa analisar o posicionamento político da Bola de Neve Church (BNC) frente às políticas neoliberais, através da atuação do ministério A Rede Cristã de Empreendedores (RECRIE) e a promoção de seus objetivos e atividades na rede social Facebook. Para tanto, faz-se uma explanação sobre a atuação da BNC e seu pertencimento ao movimento neopentecostal, fenômeno cristão que proporcionou grandes inovações no cenário religioso brasileiro.

Em seguida, é delineada uma discussão acerca do discurso empreendedor, que surgiu no bojo das transformações do mundo do trabalho ocorridas inicialmente na Europa em meados de 1970, visando à recuperação da lucratividade por parte da grande empresa capitalista.

Acompanhando a revisão bibliográfica, realiza-se uma análise dos objetivos do ministério RECRIE por meio de sua apresentação nas páginas disponibilizadas pela BNC na Internet. Tal abordagem é orientada por uma etnografia *on line*, técnica que tem por finalidade a observação das relações sociais para a compreensão dos sentidos atribuídos pelos/as agentes (GUIMARÃES JR, 2000).

Conforme os debates acerca da abordagem de pesquisa sobre a etnografia do meio virtual, não é aconselhável pensar a internet como um campo de interação autônomo da convivência física, mas sim uma extensão das práticas de sociabilidade (MISKOLCI, 2009). É necessário, porém, considerar as regras e simbologias específicas do meio virtual, como os vocabulários, as reações de ironia, os sentimentos de aprovação e reprovação usando figuras e símbolos, as avaliações de conteúdos e a participação dos/das internautas via comentários que são disponibilizadas pelo próprio Facebook.

¹⁰ Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

As interações por parte da denominação foram selecionadas conforme as seguintes categorias de análise¹¹: referências da igreja sobre o cenário econômico atual, especificamente suas elaborações acerca de temas como desemprego, redução dos gastos públicos na economia, e a segunda categoria é voltada para a organização das elaborações explicativas sobre os temas que envolvem a religiosidade e a esfera econômica.

Como resultados, observa-se a elaboração de uma rede de contatos entre fieis, composta por ofertas de emprego, venda e consumo de mercadorias entre participantes da BNC, que se torna uma materialização da teologia da prosperidade.

Bola de Neve Church, movimento neopentecostal e teologia da prosperidade

A BNC surgiu no final da década de 1990, na cidade de São Paulo, fundada pelo publicitário Rinaldo Luís de Seixas Pereira, qualificando-se enquanto uma igreja voltada para o público de esportes radicais. As características teológicas da BNC a colocam como pertencente ao movimento neopentecostal (DANTAS, 2010), que se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1970 e tem como diferenciais do pentecostalismo clássico a quebra do asceticismo, a utilização dos meios de comunicação para evangelização, a participação política e o estabelecimento da individualização na relação do fiel com o sagrado. O neopentecostalismo possui como principais expoentes [no cenário] religioso as igrejas: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial Do Poder De Deus, Renascer em Cristo, entre outras. Em sua maioria são independentes, pois as práticas variam conforme o público alvo e costumes das regiões em que se estabelecem.

Essas denominações acolhem a “anseios” financeiros de seu público, inclusive institucionalizando-os por meio da “*teologia da prosperidade*”, caracterizada como uma forma de relacionar a vida econômica em equilíbrio com

¹¹ Categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados (DUARTE, 2005, p.78-9).

a fé, condicionando as melhoras significativas a partir de uma regularidade na contribuição do dízimo e um comportamento social segundo os ensinamentos sagrados. Portanto, “valoriza a fé em Deus como meio de obter saúde, riqueza, felicidade, sucesso e poder terrenos. Em vez de glorificar o sofrimento, tema tradicional no cristianismo, [...] enaltece o bem estar do cristão neste mundo” (FREESTON, 1993, p. 105; 106). Nesse sentido, problemas de ordem social ou psicológica enfrentados pelos/as fiéis são interpretados enquanto ausência de religião em suas vidas.

A Bola de Neve é dissidente da igreja Renascer em Cristo, da qual herdou uma grande relação com as produções musicais do mercado gospel. Particularizou-se no cenário nacional dada sua abordagem religiosa dialogada com o universo dos esportes radicais. Estabeleceu-se inicialmente nos litorais de São Paulo e Santa Catarina. Isso lhe forneceu o título de igreja de surfistas. Tal evento é tão simbólico que seu púlpito é uma prancha de *surf*.

A informalidade nos discursos dos/das seus/suas pastores/pastoras e lideranças pretende, conforme a apresentação no *site* oficial da denominação¹² atrair o público jovem que se encontra em atividades ilícitas ou não se adaptam aos espaços religiosos tradicionais. Segundo Maranhão (2012) e Dantas (2010) essa igreja possui em seus discursos uma aparência flexível no que se refere aos usos e costumes. É liberal na questão dos vestuários e estética dos/as fiéis, no entanto mantém preceitos tradicionais do cristianismo em seus discursos: rígida diferenciação de gêneros nos discursos religiosos no que se refere à divisão do trabalho na igreja e na esfera familiar, à valorização da heteronormatividade e discursos que visam regulamentar a prática sexual dos/as fiéis, a que a torna exclusiva no âmbito do casamento.

O uso de ferramentas virtuais na promoção das atividades religiosas é um mecanismo para evangelização utilizado por diversas religiões e também pela BNC. Diversas de suas filiais possuem páginas no Facebook para a divulgação dos cultos e demais atividades. Fotos e vídeos das celebrações são disponibilizados para os/as fiéis identificarem seus perfis, fornecendo um mecanismo de identificação desses com o grupo religioso.

¹² Disponível em: <http://boladeneve.com/quem-somos-194>, acesso: 10/11/2016 às 13:00 hrs e 16 min.

Para a comunicação nacional e ao mesmo tempo visando uma maneira sofisticada de evangelização, a BNC possui duas rádios virtuais¹³ com a apresentação de programas que articulam temáticas diversas: esportes, cultos e noticiários. Existem também canais no Youtube¹⁴, tanto da BNC quanto de diversas lideranças nacionais, que exibem cultos, palestras e ferramentas que possibilitam ao/ à fiel solicitar orações.

Conforme indica Borelli, a participação de igrejas de diversas religiões nesse espaço é uma realidade nas últimas décadas. Tal atividade não constitui um processo isolado do setor religioso, mas de toda sociedade enquanto reflexos dos períodos de globalização (BORELLI, 2010).

Este período de valorização da comunicação é entendido como fundamental para a “sobrevivência” da dinâmica da atração e manutenção de fiéis, conforme explica a autora:

Parte-se do pressuposto que as práticas religiosas ocorrem por meio de estratégias que garantem a sua permanência no “mercado” e, para tal, os dispositivos tecnossimbólicos organizam, ligam e conectam o mundo do credo com o do fiel. Compreende-se que as ofertas discursivas se efetivam por meio de processos de mediação e são mecanismos pelos quais a religião pode conquistar novos públicos e também garantir sua presença junto aos fiéis (BORELLI, 2010, p.7).

Portanto, as religiões acompanham as transformações das interações sociais como as redes sociais. A atuar nesse universo é uma maneira de preservar e ampliar seu poder de influência na sociedade.

Condições sociais para a emergência do discurso empreendedor

Uma das expressões de modalidade empregatícia em contexto neoliberal, caracterizado por significativas transformações no mundo do trabalho no que se refere à inserção de máquinas sofisticadas no processo produtivo visando à redução de empregos, à retirada das grandes indústrias de países ocidentais em meados da década de 1970, acompanhadas de políticas de redução de seguridade social (SILVER,2005), forneceram terreno fértil ao nascimento do discurso empreendedor.

¹³ <http://www.bolaradio.com.br/extreme/>
<http://www.bolaradio.com.br/worship/>

¹⁴ Site composto por vídeos possuem uma variedade de conteúdos e nacionalidades.

A máxima do discurso empreendedor, “ser seu próprio patrão”, “tenha seu próprio negócio”, cobra do indivíduo criatividade para fazer negócios que inovem de alguma maneira o mercado no setor de prestação de serviços ou elaboração de mercadorias (JACINTO; VIERA, 2013). Também se sustenta no imaginário social enquanto uma espécie de repulsa das regras do local de trabalho, devido à hierarquia e disciplina que compõem este espaço.

Portanto, em seu interior, é possível identificar uma desresponsabilização do Estado, dado o enfoque de “autossuficiência” do indivíduo, desconsiderando as desigualdades sociais que compõem a sociedade capitalista e atribuindo o esforço individual como suficiente para proporcionar a ascensão social entre os estratos sociais. Essa alternativa proposta por vários setores da sociedade é entendida como uma importante estratégia para favorecer o cenário de acumulação flexível (WOLFF, 2014).

Assim, muitos dos empreendimentos que funcionam por meio de franquias e autorizadas (QUELHAS, 2009) participam de uma rede de distribuição de produtos e serviços de grandes corporações. Nesse processo, o empreendedor mantém um vínculo indireto com o grande empresariado, sem ter obrigações fiscais sobre esse trabalho, sendo o primeiro responsável por encargos trabalhistas caso tenha interesse na seguridade social.

Segundo Souza (2011), as trajetórias das principais igrejas neopentecostais brasileiras são compostas por práticas de expansão formuladas pelas teorias empreendedoras, tais como: a criatividade em investimentos em diversas atividades econômicas, a gestão racional e expansionista e um forte apelo à publicidade visando maior visibilidade para a atração de públicos. Serafim (2008), por outro lado, aponta que os encontros para empresários e palestras para empreendedores/as são práticas comuns entre as igrejas católicas e protestantes. Em seus estudos sobre as atividades voltadas ao empresariado da igreja Renascer em Cristo, identificou que as motivações presentes nas falas dos fiéis empreendedores/as são a busca da religião como uma espécie de consultoria, que permite ao cristão empresário/a não mudar suas práticas valorativas na esfera do mercado, que segundo os/as entrevistados/as, é composto por diversas atividades concorrenciais incompatíveis com os ensinamentos religiosos.

Outro fator apontado é o fornecimento pela religião de uma espécie de ponto irracional para encorajar o fiel a tomar atitudes audaciosas na esfera do mercado, como: investimento de riscos e ampliação dos negócios, pois o fator sobrenatural credencia as possibilidades de resultados satisfatórios acima das expectativas contrárias das condições mercadológicas explicadas, às vezes, de maneira pessimista.

Ministério recrie

O ministério RECRIE é um setor da BNC voltado para o público empresarial, que se encontra presente em diversos estados do Brasil. Tal ministério se propõe fornecer aconselhamentos e incentivos para empresários ou membros que desejam iniciar uma carreira empresarial, aliando os discursos religioso e empresarial. Assim, além de palestras motivacionais nos templos da BNC e disponibilizados no Youtube, o RECRIE possui uma plataforma virtual chamada piper, na qual fornece a possibilidade de cadastro de currículos ou empresas de fiéis, que possibilitam oportunidades de empregos e negócios. Os objetivos do ministério são divulgados tanto no *site* da filial paulista, quanto em diversas páginas na rede social Facebook:

Gerar ambiente de relacionamento empresarial cristão. Proporcionar negócios entre empresas e prestadores de serviço cristãos via *network*. Dar apoio, suporte e cobertura espiritual a empresários e profissionais que almejam a visão de Reino. Preparar uma geração que permeia suas decisões profissionais e empresariais por valores inegociáveis e direção profética e assim ser luz e sal na sociedade. Realizar eventos sociais de cunho evangelístico, assim como congressos de temas específicos relacionados ao mercado (BNC, 2016)¹⁵.

Um dos objetivos é criar redes de relacionamentos entre empresários/as dentro da instituição, para que os/as mesmos/as ampliem seus ganhos econômicos através dessa rede de negócios, materializando a teologia da prosperidade, pois a ascensão é interpretada como realização divina. A eficácia dessa atividade funciona também para novos membros que se converteram por dificuldades econômicas ou situação de desemprego, pois essa rede

¹⁵ Informação disponível no *site*: http://www.ministeriorecrie.com.br/site/visao_missao.asp. Acesso: 05/04/2016.

proporciona o acesso a empregos disponibilizados dentro da igreja (LAVALLE; CASTELLO, 2004).

No mesmo *site*, um tópico chamado “nossa visão”, que expressa a forma como a denominação concebe essa ação entre os fiéis empresários, mostra os seguintes valores:

Formar empreendedores com visão de Reino, empresas, como extensão do Reino e assim cumprir os propósitos do Reino na economia de nossa Nação. Ensinar princípios bíblicos para os negócios, treinar e capacitar espiritualmente cristãos para o mercado, ungir e levantar profissionais para os diversos segmentos empresariais (BNC, 2016).

A Igreja não expressa exatamente o que compreende como empreendedor, mas o concebe enquanto uma palavra do vocabulário empresarial. É importante observar que o desejo de expansão é muito semelhante a um discurso empresarial, considerando a questão geográfica e de ascensão econômica. Há, assim, uma afirmação política do modo de produção capitalista. Em uma opção da página intitulada “Os frutos”, que proporciona a ideia de resultado, a BNC demonstra uma interpretação bíblica da necessidade de atuação de cristãos para além do espaço da igreja.

A Rede Cristã de Empreendedores – RECRIE, nasce da necessidade de compreensão e entendimento do Reino em todas as esferas e segmentos da sociedade, e não tão somente de sua face eclesial, em outras palavras, o Reino não se manifesta apenas entre as quatro paredes de um templo ou, exclusivamente, em assuntos “religiosos” e espirituais.

O desejo do coração de Deus é que sejamos luz também na economia, e que através de nossas empresas e negócios o Seu nome seja honrado por meio das marcas que acompanham o Reino, como justiça, retidão, multiplicação, crescimento, desenvolvimento, criatividade, revelação, progresso e prosperidade. Há unção e direção profética para os negócios, há princípios bíblicos que, quando observados e aplicados, produzem resultados incríveis. Há um novo tempo e uma nova visão para cristãos empreendedores. RECRIE a maneira de conduzir sua empresa, RECRIE a forma de planejar seu futuro, RECRIE seus alvos e objetivos, RECRIE sua visão, procure e encontre a visão de reino para os negócios (BNC, 2016).

Neste tópico reafirma-se a característica da BNC enquanto pertencente ao movimento neopentecostal, devido à afirmação da necessidade de atuação em diversos meios da vida social, entre eles a economia. Fala-se de muitos valores importantes do discurso religioso como justiça, retidão. No entanto o *site* não demonstra a contextualização desses valores dada uma realidade marcada pelo

conflito do capital e trabalho, inclusive afirmando valores de progresso e prosperidade.

Considerações finais

A abordagem da BNC não é uma particularidade desta denominação, mas uma expressão do movimento neopentecostal que visa a uma atuação diferenciada da religião, dialogando com lógicas presentes nas sociedades capitalistas, nas quais consumo e prosperidade econômica são considerados valores importantes.

O diálogo religioso com o discurso empreendedor se tornou frutífero devido às significativas transformações nas relações de trabalho, ocorridas no ocidente ao longo do século XX e que se multiplicaram ao redor do globo. A responsabilização do indivíduo sobre sua condição econômica e sucesso financeiro é reforçada na doutrina empreendedora, pois, para inovar na esfera do mercado, as atitudes criativas dependem de cada um.

Iniciativas religiosas, como o ministério RECRIE, proporcionam a consolidação de redes de consumo, comércio e emprego que contribui para a expansão econômica dos/das membros, já que “garante” a venda de mercadorias por parte dos comerciantes e o acesso ao emprego por parte dos novos religiosos que se converteram devido à situação de desemprego. Outro elemento importante é a amortização dos conflitos trabalhistas, dados os interesses opostos de trabalhadores e patrões, na equalização dos conflitos através da visão religiosa de prosperidade individual.

Referências

BORELLI, V. **Mídia e religião: entre o mundo da fé e o do fiel**. Rio de Janeiro, E-papers, 2010.

DANTAS, B. S. A. A dupla linguagem do desejo na Igreja Evangélica Bola de Neve. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: 30(1): 53-80, 2010.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRESTON, P. *et al.* Breve histórico do pentecostalismo brasileiro. In: **Nem Anjos nem Demônios, interpretações sociológicas do pentecostalismo**, 2ª Edição, Petrópolis. RJ: Editora Vozes Ltda, p.67-95, 1994.

GUIMARÃES JR., M. J. L. O ciberespaço como cenário para as ciências sociais. *Ilha – Revista de Antropologia* 2(1), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2000.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. As benesses deste mundo: associativismo religioso e inclusão econômica. **Revista Novos estudos CEBRAP** (68):61-72, 2004.

MARANHÃO, E. M. A. “Nós somos a dobradiça da porta”: notas preliminares sobre as mulheres na Bola de Neve Church. **Mandrágora**, v.18(18):81-106, 2012.

MISKOLCI, R. “O armário ampliado – notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet”. In: **Gênero**, v.9(2):171-90, 2009.

QUELHAS, A. Á. **Trabalhadores do fitness: novas formas de precarização do trabalho no setor de serviços**. 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalhadores-do-fitness-novas-formas-de-precarizacao-do-t.pdf>. Acesso em: 01/04/2016.

SERAFIM, M. C. **Religião e o “Espírito” Empreendedor**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT-C2725.pdf>> Acesso em: 05/04/2016.

SILVA, P. G. **O empreendedorismo cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7_desenvolvimentoregionalo-empreendedorismo-cultural-os-discursos-do-desenvolvimento-comoutopia.pdf. Acesso em: 05/04/2016.

SILVER, B. J. **Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, p. 82-124, 2005.

SOUZA, A. R. O empreendedorismo neopentecostal no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre: 13(15):13-34, Jul./Dic. 2011.

SOUZA, J. (Org.) - **Os Batalhadores Brasileiros** - Nova Classe Média Nova Classe Trabalhadora-Editora UFMG, 2012.

VIEIRA, J. P. V. S.; JACINTO, P. A. **Religião e empreendedorismo no Brasil: uma análise utilizando modelos de escolha ocupacional**. Disponível Em: <Http://Www.Anpec.Org.Br/Sul/2013/Submissao/Files_I/12-7ffdd2512fe46a6ddc730523ed61dfa9.Pdf>. Acesso em: 05/04/2016.

WOLFF, S. DESENVOLVIMENTO LOCAL, EMPREENDEDORISMO E “GOVERNANÇA” URBANA: onde está o trabalho nesse contexto? **CADERNO CRH**, Salvador, v.27(70): 131-50, Jan./Abr. 2014.

Sites citados

Disponível em: <<http://boladeneve.com/quem-somos-194>> Acesso: 10/11/2016 às 13:00 hrs e 16 min.

Disponível em: <<http://www.ministeriorecrie.com.br>>. Acesso em: 05/04/2016.

Disponível em: <http://recrie.com> Acesso em: 10/11/2016.

Disponível em: <<http://www.bolaradio.com.br/extreme/>>. Acesso em: 05/04/2016.

Disponível em: <<http://www.bolaradio.com.br/worship/>>. Acesso em: 05/04/2016.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO ETNOGRÁFICO: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TEORIA E MÉTODO

Franciele Rodrigues¹⁶

Introdução

Os saberes em diferentes áreas se renovam com o passar dos anos. Seja pela crítica de autores que discordam de uma definição seja por novas descobertas, eles se transformam. Logo, entendemos que a produção do conhecimento está em incessante movimento e a formulação de um consenso acerca de qualquer tema é deveras questionada. Nesse sentido, para Peirano (2008), os conceitos e teorias acadêmicas são históricos e contextuais, ou seja, se alteram no tempo e no espaço. Assim, também tem sido com a ideia do que vem a ser a etnografia para a Antropologia.

Desse modo, se, na época de Bronislaw Malinowski (1884-1942), Radcliffe Brown (1881-1955) (e, um pouco mais adiante, Florestan Fernandes (1920-1995) no Brasil), ambos se preocupavam com a distinção entre o que seriam os estudos etnográficos e os de perspectiva etnológica. Por volta dos anos 1980 e 1990, o fazer etnográfico passou por um novo período de análise através da crítica elaborada pelos próprios antropólogos da área.

Segundo Peirano (2008), nos últimos anos, o trabalho etnográfico voltou a ser visto de maneira positiva devido, entre outras causas, à sua defesa entre os centros de pesquisa reconhecidos e, não menos importante, pelo desenvolvimento de pesquisas etnográficas além da Europa e Estados Unidos. O resto do mundo deixou a condição de ser apenas espaços estudados e tornou-se também produtor de conhecimento. Todavia, a autora (2008) chama a atenção para o fato curioso de que, entre os antigos e novos locais de estudos etnográficos, é recorrente a redução da etnografia a um método.

Discordando dessa concepção, Peirano (2008) defende que uma "boa etnografia" de perspectiva antropológica não é apenas uma metodologia, "mas

¹⁶ Mestre, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora vinculada ao Programa Observatório da Educação (OBEDUC), ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) e Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (LENPES). Contato: r_franciele@hotmail.com

é a própria teoria vivida" (PEIRANO, 2008, p.08), na qual prática e teoria são inseparáveis. Com base no entendimento de Peirano (2008), segundo o qual a etnografia não se reduz a apenas uma metodologia, apresentaremos como a etnografia surgiu e algumas de suas modificações nas últimas décadas.

O trabalho etnográfico

Refletir sobre as considerações de diferentes autores que discutem em que consiste o trabalho etnográfico para a Antropologia, requer que compreendamos, em um primeiro momento, como esse trabalho surgiu e algumas de suas transformações com o passar dos anos, o que concomitantemente caminha com o desenvolvimento de sua ciência de referência. Com base nesse entendimento, compreendemos que, no decorrer da história da Antropologia, o campo tem se formado e revitalizado a partir das contribuições de diferentes correntes epistemológicas, tais como: Evolucionismo Social de Spencer e Tylor, a Escola Sociológica Francesa de Mauss, o Funcionalismo de Malinowski e Radcliffe Brown, o Culturalismo Norte-Americano de Franz Boas, o Estruturalismo de Lévi-Strauss, a Antropologia Interpretativa de Geertz, a Pós Moderna ou Crítica de Michel Fischer, entre outras.

Da mesma forma, o trabalho etnográfico se desenvolveu e adquiriu diferentes sentidos e finalidades em diferentes momentos históricos.

Uriarte (2012), em seu livro *“O que é fazer etnografia para os antropólogos”*, analisa a Antropologia desenvolvida no século XX como uma resposta crítica à Antropologia do século XIX, marcada pela influência de ideias evolucionistas e etnocêntricas que viam a Europa como o local de homens civilizados, enquanto o “Novo Mundo” seria terras de povos selvagens e exóticos que ainda não tinham se desenvolvido como os primeiros, estando em um estágio inferior e de barbárie.

Diante disso, os estudos antropológicos desse período dedicaram-se a entender os povos vistos como primitivos por meio de relatos de viajantes e missionários representantes da situação colonial¹⁷. Essa fase ficou conhecida

¹⁷ Para aprofundamento nesse assunto, ver: “A noção de Situação Colonial” (1993) de Georges Balandier.

como “Antropologia de Gabinete”, cuja pesquisa era feita à distância, pela coleta de dados por terceiros e onde o pesquisador especulava e deduzia a cultura desses povos sem, de fato, conhecê-los: “Falavam, assim, dos hotentotes da África do Sul, do índio americano, dos índios canadenses sem nunca ter visto um índio de carne e osso” (URIARTE, 2012, p.4).

Segundo a autora, é no final do século XIX e início do século XX que esse cenário começa a se modificar e o trabalho de campo começa a ter importância, pois os antropólogos vão observar de perto onde e como viviam diferentes grupos culturais. Também nesse momento, em 1914, Malinowski, antropólogo polonês, considerado um dos fundadores da Antropologia Social, rompeu com a tradição de pesquisas feitas de longe e foi às Ilhas Trombiand, onde conviveu por mais de três anos com os trombiandeses, aprendeu a língua nativa e analisou o Kula, que pode ser definido, sucintamente, como um sistema de trocas simbólicas que transcende a dimensão econômica, ocorrendo por vários objetivos e relacionando-se a outras esferas da vida social, como a religião.

Dessa experiência surgiu o estudo “*Argonautas do Pacífico Ocidental*”, de 1922, e com ele as primeiras contribuições sobre o que seria o método etnográfico. Malinowski propunha que o antropólogo deveria conviver um longo período com o grupo estudado, até que não fosse notado entre eles, pois somente através do contato direto e estreito do pesquisador com o pesquisado seria possível alcançar o ponto de vista dos nativos, o que permitiria entender como eles se relacionam com o mundo, ou seja, como o significam e se veem nele.

O autor também preocupou-se com a base teórica, nesse caso, funcionalista, que deve munir o pesquisador para a realização do trabalho empírico. Para ele, é tarefa do antropólogo articular os dados brutos coletados em campo com as teorias e leis criando esquemas, quadros sinóticos e diagramas a fim de analisar a cultura em sua totalidade, o que, a partir da compreensão de suas partes, das experiências cotidianas (Como o Kula), levaria ao entendimento da cultura trombiandesa como um todo:

O objetivo da etnografia, a partir desta perspectiva, em dar conta da totalidade da vida tribal por meio da reconstituição da estrutura social, do registro dos “imponderáveis da vida real e do comportamento típico (MALINOWSKI apud BENITES, 2007, p.121).

Destarte, para Peirano (1995), o modelo malinowskiano, que ficou conhecido como “observação participante”, cujo pesquisador deixava seu espaço para encontrar povos distantes, passava certo tempo com eles, depois retornava a sua origem e redigia obras etnográficas que foram consideradas clássicas para a disciplina, não foi um consenso entre os antropólogos e, portanto, passará por novas revisões nas décadas seguintes, haja vista que em 1960, acreditava-se que a pesquisa de campo desapareceria em função do processo de descolonização dos territórios estudados, como a África.

Nesse momento, Lévi-Strauss afirma com entusiasmo que a Antropologia se interessa, sobretudo, pelas diferenças entre os indivíduos e estas, por sua vez, nunca irão desaparecer. Mais adiante, Marshall Sahlins (1997) também refuta a ideia de que a cultura seja “um objeto em via de extinção” devido ao desenvolvimento capitalista e sua tendência à aculturação dos “povos primitivos”.

Para ele, a integração desses coletivos culturais, como os povos indígenas, a lógica de mercado e o contato com outros indivíduos podem causar um enriquecimento de suas culturas. Com isso, o autor não desconsidera os conflitos, a violência do encontro entre o homem branco com índios e negros, nem mesmo nega a propensão à homogeneização dessas minorias, porém acredita que estas também podem construir suas contraculturas, isto é, resistir a sua maneira contra a opressão¹⁸. Ou seja, a colonização não tem o mesmo sentido para diferentes povos que podem adaptar-se ou rebelar-se. Assim, Sahlins (1997) defende a importância da etnografia para o conhecimento dessas diferentes formas de vivenciar a experiência da colonização e, mais amplamente, para o reconhecimento das diferenças entre grupos sociais diversos.

Ainda no que concerne às modificações da etnografia, segundo Peirano (1995), com o surgimento da Antropologia Interpretativa nos Estados Unidos, a pesquisa de campo tradicional e os textos clássicos dela resultantes passaram a ser questionados. Desse modo, uma das críticas foi dirigida ao “realismo etnográfico” em que o nativo, sempre passivo, era subordinado à fala e à escrita do antropólogo que desconsiderava a relação de poder que se estabelecia entre

¹⁸ Ver “Teorias do Sul” (2011) de Jean Comaroff.

pesquisador e pesquisado. Diante disso, passou-se a valorizar a construção de “etnografias experimentais” baseadas no diálogo entre antropólogo e nativo. Percebe-se, então, que o pesquisador não mais está em situação privilegiada sobre os outros, e sua voz passa a ser uma entre tantas no trabalho etnográfico:

[...] Agora que o "ponto de vista nativo" se tornava meta inalcançável por definição, mera referência para um exercício hermenêutico, voltaram com força total, as angústias existenciais, os questionamentos metodológicos, colocando em foco os estilos etnográficos (PEIRANO, 1995, p. 07).

Como já pontuado, Peirano (2008) também nos auxilia a pensar acerca da indissociabilidade entre teoria e método. A atenção da autora ao assunto parte da contestação à etnografia por diferentes autores, no Brasil e fora dele. Entre eles, Nicolas Thomas, jovem antropólogo australiano, professor da Universidade Nacional da Austrália, que declarou em um dos seus ensaios ser contra a etnografia e com o qual irá dialogar. Dessa forma, ela nos apresenta os argumentos de Thomas para a negação da etnografia como a crítica a uma suposta fixação pelo exotismo no trabalho etnográfico, isto é, a ideia de que os outros devem ser diferentes. Além disso, rejeita a recorrência de abordar pressupostos teóricos totalizadores com base em reflexões locais. Assim, o autor argumenta que não é sua intenção condenar totalmente a Antropologia, mas evidenciar e discutir problemas referentes ao que ele considera o modelo canônico.

Diante disso, Peirano (1995) identifica a crítica de Thomas direcionada a Malinowski e Evans-Pritchard e esclarece que o que o antropólogo pós-moderno reivindicava já estava presente nesses autores, pois Malinowski, ao enfatizar a coautoria etnográfica, mantém os termos nativos, não por exotismo, mas para conservar um saber diferente do ocidental. Não obstante, Evans-Pritchard, ao informar que, diferente dele, os Azande tinham interesse por bruxaria, evidencia a relação entre teoria e pesquisa, em que o avanço da teoria acontece quando esses dilemas vivenciados em campo são enfrentados pelo pesquisador. Ou seja, o diálogo entre campo e teoria é o que garante a “eterna juventude” a Antropologia, com a qual Weber caracterizava as Ciências Sociais.

Portanto, para a autora, a articulação entre teoria e pesquisa no trabalho etnográfico é um desafio a ser pensado. Assim, argumenta que nem sempre bons etnógrafos são ótimos teóricos, da mesma forma que bons teóricos nem

sempre são ótimos etnógrafos. Na maioria das vezes, uma das dificuldades é a capacidade de unir a análise do etnógrafo/particular ao teórico/universal.

Desse modo, a teoria se relaciona aos dados empíricos obtidos por meio da imersão no campo de pesquisa e, ambos unidos, irão embasar a produção dos textos etnográficos. Essa transformação deve partir não apenas das informações transcritas em caderno de campo, mas estar dentro do antropólogo. E, para que isso ocorra, o pesquisador deve ter determinada postura e desenvolver algumas habilidades, entre as quais, ser intuitivo, desprendido para “jogar-se” em sua pesquisa e aproximar-se quanto mais do universo do grupo estudado.

Assim, além da formação teórica importante para a realização de uma "boa etnografia", a personalidade e a experiência do pesquisador também são necessárias, uma vez que o trabalho etnográfico prevê que o antropólogo se inquiete e mergulhe profundamente no mundo do outro, daquele que pretende compreender. Nessa perspectiva, o trabalho etnográfico é compreendido através de um movimento em que, primeiramente, o pesquisador realiza um amplo estudo sobre o tema que pretende pesquisar através da seleção de leituras que permitam criar perguntas que, por sua vez, irão conduzir sua ida a campo.

Após, ocorrerá a observação propriamente dita, sendo de grande importância que o pesquisador esteja atento às pistas e aos novos questionamentos que possam surgir, tendo em vista que os dados obtidos são inacabados e que poderão ser retomados a qualquer momento para revisões e novas análises.

Posteriormente, acontecerá a sistematização das teorias estudadas, das observações entre outros materiais coletados em campo, em um texto etnográfico que, como já considerado por Peirano (2008), deve demonstrar a leitura do pesquisador acerca dos fenômenos sociais e culturais estudados, ou seja, este deve perceber que seu trabalho não está isento de valoração, haja vista que o que está sendo exposto é a sua interpretação.

Dessa forma, refletir sobre a criação dos textos etnográficos,¹⁹ enquanto um dos momentos do trabalho de campo, também torna-se preponderante, pois, por meio desses, o etnógrafo visa comunicar-se com o leitor e contar sua

¹⁹ Teresa Pires do Rio Caldeira no texto: “A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia” (2008) também nos traz reflexões sobre isto.

experiência em campo. No entanto, para Peirano (2008), esse exercício não deve ser entendido somente como a repetição do que o pesquisador ouviu ou observou durante o tempo em que esteve em campo. Cabe também mostrar sua interpretação, tradução e contextualização do que viveu. Para ela, esse é um dos maiores desafios postos ao etnógrafo e para o qual não há uma fórmula a ser seguida. Contudo, algumas das finalidades do texto etnográfico são suscitar novas descobertas, questões a serem pensadas e trazer as experiências passadas em campo para aquele que o lê.

Sobre isso, Márcio Goldman também nos traz contribuições importantes para pensarmos uma nova construção da etnografia entendida como experiência. Desse modo, o autor inicia o ensaio “*Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos*”, transcrevendo uma de suas vivências que acontecera enquanto realizava trabalho de campo em Ilhéus, no interior da Bahia, e que aqui apresentamos brevemente. Era um sábado à noite e Goldman acompanhava o ensaio de um bloco afro onde desenvolvia sua pesquisa sobre o movimento negro local e participação política na cidade quando uma mãe de santo pediu sua ajuda para levar em seu carro o despacho de uma filha de santo que havia morrido recentemente.

Ele disse que poderia ajudar e esperou o chamado da mãe de santo enquanto conversava com um dos filhos dela sobre os rituais funerários do candomblé. Por volta das 19h30min, ela mandou chamá-lo. O antropólogo estacionou o carro na frente do terreiro e os filhos de santo trouxeram uma caixa com os objetos da falecida. Na companhia dos ogãs e de outras duas filhas de santo seguiram até uma ponte, em uma estrada abandonada no caminho para Itabuna. Enquanto as filhas e os filhos de santo levavam o despacho, ele aguardou em seu carro observando-os. Ao lançarem a caixa no rio, o antropólogo conta ter ouvido sons de instrumento de percussão, que em um primeiro momento, suspeitou que fossem de algum bloco afro que ensaiava por perto. Retornaram ao terreiro. Goldman voltou a conversar com o filho de santo que lhe disse ter ido ao mesmo lugar levar o despacho pelos 21 anos da morte de sua avó quando ouviu atabaques.

Neste momento ele confessou ao filho de santo que também ouviu os mesmos sons ao levar o despacho da filha de santo, mas o ogã não lhe disse nada e mudou de assunto. Foi quando percebeu que os tambores que ouviu não

eram deste mundo. Buscando entender o ocorrido para além de explicações reducionistas ou simplificadoras, em que os místicos diriam que os tambores foram tocados por mortos e os materialistas acreditariam que os tambores foram tocados por vivos, a preocupação do autor não é acreditar se ele ou os nativos ouviram os tambores nem mesmo questionar se eles são tocados por vivos ou por mortos, o que importa é que ele foi afetado²⁰ por esta experiência:

Na verdade, o fato de os tambores que ouvi serem ou não dos mortos (ou de alguma banda afro, do vento, ou outra coisa qualquer) ou mesmo o fato de acreditar ou não que o eram não tem a menor importância. O que importa é que, querendo ou não, levei a história a sério, fui por ela afetado (GOLDMAN, 2003, p.450).

Isto é, não se trata de compartilhar da crença do candomblé, mas de viver uma experiência junto a um grupo e transformá-la em um objeto de estudo, convertê-la em um tema de pesquisa: “O estudo de experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (GOLDMAN, 2003, p.454). Ser atingido pelas vivências experimentadas em campo é desestabilizar-se, mergulhar na vida do outro, em diferentes mundos culturais buscando compreendê-los e, assim, dialogar com outras formas de viver e de pensar.

Os discursos e práticas nativos devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos). Desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permitindo, ao mesmo tempo, novas conexões com as forças minoritárias que pululam em nós mesmos (GOLDMAN, 2008, p.7).

Desse modo, compreende-se que a Antropologia interessa-se, sobretudo, pela alteridade. O que não significa neutralizar as diferenças entre os coletivos culturais distintos impondo-lhes uma cultura considerada universal e tida como hegemônica; ao contrário, é valorizar suas diferenças e singularidades. Além disso, o indivíduo, ao se deparar com o outro diferente dele, percebe que sua cultura não é a única nem a melhor, apenas uma entre tantas outras. Dessa forma, o contraste com o outro possibilita o melhor entendimento de si próprio e de sua realidade social. Ademais, para Goldman (2003), a alteridade é a palavra-chave da disciplina, que orienta a sua teoria e prática, ou

²⁰ Em referência aos estudos da antropóloga Jeanne Favret-Saada.

seja, fundamenta suas reflexões de cunho científico e trabalho de campo, ambos motivados em encontrá-la.

Portanto, também para ele, o trabalho de campo antropológico está além do exercício de observação, parte do estabelecimento de interações sociais entre pessoas concretas e com as quais o pesquisador deve conversar; ouvir o que elas têm a dizer. Segundo ele, etnografar é como “catar folha”, algo que demanda paciência para recolher informações e detalhes a fim de entendê-los em um momento posterior, vide suas breves passagens em Ilhéus por um longo período entre os anos de 1982 e 2002.

Goldman (2003) não pressupõe que ocorra uma transformação do antropólogo em nativo, nem que ambos serão atingidos de igual maneira ao passarem pela mesma experiência, mas cabe ao pesquisador permitir-se ser afetado pelas mesmas vivências e fenômenos que atingem os nativos. Essa consideração de que o que ocorre com o outro também pode acontecer com o antropólogo corresponde ao “devir-nativo”, que nas palavras do autor corresponde ao “movimento pelo qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra” (GOLDMAN, 2003, p.457). Logo, nativo e pesquisador, ambos afetados, podem relacionar-se e comunicar-se mesmo que involuntariamente.

Assim, para Goldman (2008), o devir-nativo, ou seja, a assunção de que podemos ser afetados pelas mesmas experiências dos nativos nos leva a refletir até onde somos capazes de ouvir o que eles têm a nos dizer sem julgarmos se está certo, errado ou sem fazê-lo concordar conosco, ou seja, é considerá-los como indivíduos que inventam cultura, a transmitem, ressignificam, pensam e discutem sobre ela e com os quais temos que estabelecer um diálogo, ouvi-los sem desacreditá-los.

Em outras palavras, o autor nos leva a pensar o quanto somos capazes de levar os nativos a sério e reconhecer seus conhecimentos seja pesquisando religião, haja vista suas primeiras experiências em campo em 1983 quando esteve na cidade por três meses a fim de realizar sua pesquisa de mestrado sobre o candomblé, seja quando voltou a campo a partir de 1996 para estudar a política na cidade: “Serei capaz de levar a sério o que meus amigos têm a dizer não apenas sobre os orixás, mas também sobre a democracia?” (GOLDMAN, 2008, p.05).

A fim de responder essa pergunta, Goldman (2008) argumenta que tem sido mais fácil ouvi-los falar sobre os orixás. Isso ocorre porque pensamos que os primeiros não existem, ou seja, é como se o discurso do fiel fosse falso. No entanto, sabemos que democracia, eleições, participação política existem, ou ao menos podem existir, dessa forma, o que eles falam têm a possibilidade de contrariar nossas ideias e valores.

Assim, quando retornou a Ilhéus em 1996, o pesquisador percebeu que naquele momento ele era o crente e os nativos eram os céticos. Essa inversão²¹ o levou a: “[...] acabei tratando meus amigos como antropólogos capazes de análises melhores, ou mais perspicazes do que as minhas” (GOLDMAN, 2008, p.07).

Não obstante, para o autor, os nativos não são considerados informantes, mas interlocutores, com os quais, além de reconhecer a palavra nativa, devemos aprender e refletir até onde conseguimos nos modificar com seus saberes e experiências. Logo, de acordo com Goldman (2008), o conhecimento nativo e o do antropólogo são diferentes, mas isso não significa que o saber do pesquisador é superior, ou seja, a teoria etnográfica não se constrói apenas pelas teorias científicas ou pela transcrição das representações nativas, mas pelo elo entre elas, onde ocorra o diálogo entre o conhecimento do grupo estudado com o do pesquisador.

Nessa perspectiva, a união entre teoria e pesquisa torna-se preponderante, uma vez que os elementos concretos alcançados por meio da inserção no campo são o ponto de partida para a mobilização da teoria, das diferentes perspectivas teóricas que podem ser utilizadas para analisar um objeto. Assim, o movimento do conhecimento antropológico parte de contextos particulares e concretos estendendo-se aos entendimentos gerais e abstratos. É nesse sentido, que Goldman (2008) desejava, primordialmente, criar uma teoria antropológica da democracia ocidental partindo de seu estudo em Ilhéus.

Não menos importante, Goldman (2003) nos traz elementos para pensarmos, entre outras questões, a reestruturação do trabalho de campo, que

²¹ Os artigos: “Cultura e Reversibilidade: Breve reflexão sobre a abordagem “inventiva de Roy Wagner” (2007) de Luiz Felipe Rocha Benites e “A Antropologia reversa e nós: Alteridade e diferença” (2010) de Sônia Weidner Maluf são sugestões de leitura a fim de relativizarmos os lugares do nativo e antropólogo durante a pesquisa etnográfica.

não é entendido como colocar-se no lugar do nativo, mas também não deve ser realizado através da hierarquização entre pesquisador e pesquisado, o primeiro direcionando o que objetiva com a pesquisa e fazendo com o que o estudado dê somente as respostas que deseja ouvir. Ao contrário, Goldman (2003) defende que antropólogo seja modificado durante o processo de trabalho de campo, ou seja, o pesquisador encontrado ao final não é o mesmo que inicia a pesquisa. Contudo, nota-se que a etnografia tem enfrentado dilemas metodológicos, epistemológicos e existenciais ao passo que afeta o pesquisador.

Considerações finais

Este artigo/capítulo buscou refletir como surgiu o trabalho de campo para a Antropologia, partindo do pressuposto de que este não se reduz apenas a um método, mas é uma opção teórico-metodológica, em que pesquisa teórica e empírica estão associadas. Isso quer dizer que compreendemos o trabalho etnográfico como um esforço teórico, ou seja, a etnografia não é apenas descrição, é também teoria. Assim, a etnografia é definida pela união do exercício de observação do pesquisador a uma grande variedade de perspectivas teóricas. Ou seja, não é possível pensarmos a Antropologia sem a etnografia, sem esse conhecimento balizado pela realidade empírica, o que é postulado desde Malinowski.

A partir desse entendimento, buscamos apresentar algumas das mudanças da etnografia no decorrer das últimas décadas tendo em vista que o diálogo crítico entre trabalho de campo e correntes teóricas distintas tem movimentado o conhecimento antropológico, isto é, a Antropologia tem passado por revisões, criticando a si mesma e se autorelativizando no decorrer dos anos. Diante disso, repensamos o trabalho de campo e buscamos enfatizar a valorização da etnografia como experiência.

Nessa perspectiva, etnografar é inquietar-se, é a possibilidade de mergulhar no universo do outro, entender como diferentes grupos sociais significam o seu mundo, conhecer suas diferentes formas de pensar, de viver, como organizam suas lutas políticas ou analisam suas culturas. O trabalho de campo passa a ser visto como um diálogo segundo o qual pesquisador e pesquisado interagem. Esse apontamento distancia a disciplina das outras

Ciências Sociais, a saber: Sociologia e Ciência Política. Além disso, na Antropologia, o homem é o objeto de investigação do homem, sendo a cultura o elemento mediador entre eles, o modo pelo qual o pesquisador consegue aproximar-se e comunicar-se com seu objeto de estudo.

Referências bibliográficas

BENITES, Luiz F. R. ***Cultura e Reversibilidade: breve reflexão sobre a abordagem “inventiva” de Roy Wagner***. In: Capôs 8(2): 117-130, 2007.

GOLDMAN, Márcio. ***Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia***. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2003, V. 46 N° 2.

_____. ***Os tambores do antropólogo***. Ponto Urbe [Online] – Revista de Antropologia Urbana da USP. ISSN: 1981-3341, 2008.

PEIRANO, Mariza. ***A favor da etnografia (cap. 2 “A Favor da Etnografia”)***. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

_____. ***Etnografia ou a teoria vivida***. Ponto Urbe [Online] – Revista de Antropologia Urbana da USP, 2008.

SHALLINS, Marshall. ***O “Pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I)***. In: MANA 3(1): 41-73, 1997.

URIARTE, Urpi Montoya. ***O que é fazer etnografia para os antropólogos***. Ponto Urbe [Online] – Revista de Antropologia Urbana da USP, 2012.

O TEXTO ACADÊMICO

Letícia Jovelina Storto²²

Antonio Lemes Guerra Junior²³

Introdução: o que é texto?

Este tópico tem como objetivo apresentar o que se entende por texto, mais especificamente o texto acadêmico, trazendo à discussão os fatores de textualidade e as principais características da linguagem acadêmica.

Como alunos e professores, durante todo o tempo, lemos, interpretamos, analisamos e produzimos textos pertencentes a variados gêneros textuais acadêmicos. Mas, afinal, o que é TEXTO? Texto, do latim *textum*, significa tecido, entrelaçado, um conjunto coerente de partes que se relacionam formando um todo significativo. Em sentido amplo, texto é tudo aquilo que produz sentido, ou seja, todo objeto significativo é texto, o qual é a materialização ou a realização de gêneros textuais. Esses, por sua vez, são *tipos de enunciados relativamente estáveis* (BAKHTIN, 1997). Constituem, portanto, um agrupamento de textos que possuem elementos comuns, que os definem como pertencentes a categorias semelhantes, seja na forma ou na função. Na esfera da atividade acadêmica, são recorrentes os gêneros: resumo, resenha, fichamento, ensaio, seminário, comunicação oral, defesa, tese, ficha de frequência e muitos outros.

O texto é um conjunto de significantes, não uma estrutura de significados. Conjunto que não tem início determinado, sem hierarquias e com uma abertura para produção de sentido indeterminada por se basear em uma linguagem infinita; os sistemas de sentido podem apoderar-se desse texto inteiramente plural, mas o seu número nunca é fechado, tendo, por medida, o íntimo da linguagem. Assim sendo, consideramos texto tudo que produza um significado dentro de um dado contexto sociocomunicativo, devendo, desse modo, haver

²² Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), atuando na graduação em Letras, no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEN) e no Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). Contato: leticiajstorto@gmail.com

²³ Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Contato: junior.guerra@hotmail.com

entre o texto (escrito ou falado), o seu produtor (escritor ou falante) e o seu receptor (leitor ou ouvinte) uma interação, a qual deve sempre ser considerada no contexto, verificando-se os papéis sociais que os interlocutores desempenham na interlocução, as condições de espaço e tempo, os objetivos, enfim, o contexto, ao qual todo texto faz referência.

O contexto é uma situação concreta, que pode ser de cunho social, cultural, estético, político, ideológico, religioso e outros. A sua identificação é fundamental para que se possa compreender bem o texto e seu significado. Assim, um mesmo enunciado produz sentidos distintos dependendo do contexto em que está inserido. Para exemplificar isso, pensemos no texto “Socorro”. Em uma situação de perigo, significa pedido de ajuda; quando se chama alguém, trata-se de um vocativo representado por um nome próprio feminino; representado pelo gênero placa e estando diante de um hospital, designa uma área de atendimento (também conhecido como “pronto-socorro”).

Ademais, o texto não se resume à linguagem verbal; logo, a imagem, a melodia musical e a dança são também textos. Assim, ele é construído de sentidos, podendo ser verbal (resumo, artigo, seminário etc.), não verbal (gráfico, figura etc.) ou misto (organograma, tabela, quadro etc.). Há também textos que misturam várias semioses (imagem, som, palavras, textura, movimento etc.), são os multissemióticos ou plurissemióticos, como filmes, programas telejornalísticos e outros. Segundo Koch (2006a, p. 09), texto é:

Lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais [...], ações por meio das quais se constroem interativamente os objetos-do-discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos co-enunciadores entre inumeráveis possibilidades de organização textual que cada língua lhes oferece.

Portanto, compreendemos o texto como *espaço e evento de interação verbal, espaço de distintas leituras*, pois os interlocutores são muitos e múltiplos, assim como são as leituras que um mesmo indivíduo pode realizar de um mesmo evento comunicativo (o texto). O texto é considerado o próprio lugar da interação, porque é por meio dele que ela se realiza. Em outras palavras, quando interagimos com alguém, fazemo-lo mediante a produção e a compreensão de textos pertencentes a diferentes gêneros textuais.

Segundo Koch (2006a, p. 121), o texto é uma “estrutura determinativa”,

cujas partes são interdependentes, sendo cada uma necessária para a compreensão das demais. Isso quer dizer que cada parte de um texto produz um sentido, mas, ao juntarmos todas as partes do texto, seu sentido é distinto daquele produzido por cada parte isolada. Desse modo, o texto apresenta uma característica que é a unidade. Isso não quer dizer que o texto seja fechado e para o qual haja apenas uma leitura possível, não. Isso diz que o texto apresenta uma unidade significativa que faz com que ele apresente coerência temática, com que se estabeleça uma relação entre seus elementos, suas partes. Em síntese, “o sentido de cada parte é definido pela relação que mantém com as demais constituintes do todo; o sentido não é mera soma das partes, mas é dado pelas múltiplas relações que se estabelecem entre elas” (SAVIOLI; FIORIN, 2006, p. 14).

Koch (2001, p. 18) explica que “os textos são, por um lado, formas de elaboração, diferenciação e estruturação de conhecimento e, por outro, formas de controle, crítica e transformação, bem como de constituição e apresentação [...] do conhecimento”. Segundo a autora, é por meio do texto (de sua produção, recepção e compreensão) que o homem organiza o mundo, pode conhecê-lo, a si mesmo e aos outros. Por isso, os textos são “excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber” (KOCH, 2001, p. 20). Marcuschi (2008, p. 72) afirma que “o texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico, [...] é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo”.

Logo, podemos compreender o texto como uma unidade de sentido que se constrói a partir do entrelaçamento significativo (coerente) das partes que o constituem. Assim, o texto não é mera reunião de partes, sejam frases ou sentenças, mas uma unidade significativa em que cada elemento participa de modo coerente para a produção de sentidos, para a qual o leitor/ouvinte deve ser considerado, isso porque o texto e a leitura atualizam-se no momento em que o leitor/ouvinte interage com o texto.

Ler é, assim, “desdobrar o sentido” do texto, pois “o espaço do sentido não preexiste à leitura. É ao percorrê-lo, ao cartografá-lo que o fabricamos, que o atualizamos” (LÉVY, 1996, p. 36). Enquanto lemos, “relacionamos [...] o texto a outros textos, a outros discursos, a imagens, a afetos, a toda a imensa reserva

flutuante de desejos e signos que nos constitui” (LÉVY, 1996, p. 36). Enfim, “pode-se dizer que um ato de leitura é uma atualização das significações de um texto” (LÉVY, 1996, p. 41).

Sob essa perspectiva, o texto é visto como algo não finalizado, que está sempre por se construir (LÉVY, 1996). Cabe, então, ao leitor, completá-lo, valendo-se, para isso, de sua subjetividade, sua experiência, seu conhecimento de mundo e de suas leituras anteriores. O leitor passa a ser parte ativa nesse fazer textual, e ler torna-se uma forma de reescrever o texto.

Enfim, o texto é considerado, dessa maneira, o próprio lugar da interação (KOCH, 2006a), e os interlocutores são sujeitos ativos que nele se constroem e são construídos. Logo, a compreensão é uma atividade interativa de produção de sentidos, os quais são construídos na relação texto – escritor/falante – leitor/ouvinte.

Garantindo que seu texto seja um texto

Koch e Travaglia (2011, p. 26) afirmam que a “textualidade ou textura é o que faz de uma seqüência lingüística um texto e não uma seqüência ou um amontoado aleatório de frases ou palavras”. Essa garantia é favorecida por um conjunto de fatores que percorrem toda a construção e organização do texto, devendo ser levados em consideração pelo pesquisador, a fim de que seu trabalho seja elevado ao estatuto de uma produção científica de qualidade.

Embora esses fatores possam variar de um teórico para outro, por processos de inclusão ou exclusão, a seguir, baseando-se em Koch (2001), são explicitados alguns dos principais elementos determinantes da textualidade.

Coerência textual

A *coerência* constitui um dos fatores de textualidade de maior importância na construção do sentido. De acordo com Beaugrande (1997), ela se constrói a partir da ligação entre os diversos significados e partes que constituem o texto. Para Koch e Travaglia (2011, p. 11), “a coerência teria a ver com a ‘boa formação’ do texto [...] em termos da interlocução comunicativa”. Isso, pois, de acordo com os autores, “a coerência é algo que se estabelece na interação, na interlocução,

numa situação comunicativa entre dois usuários. Ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista como um princípio de interpretabilidade”. Além disso, ela está “ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor do texto [...] tem para calcular o seu sentido”. A coerência é, por conseguinte, estabelecida na interação.

Ainda pode-se dizer que a coerência “é vista como uma continuidade de sentidos perceptível no texto, resultando numa conexão conceitual cognitiva entre elementos do texto” (KOCH; TRAVAGLIA, 2011, p. 12). Determinar se um texto é (in)coerente depende, em grande parte, da competência linguística do leitor/ouvinte. Como argumenta Costa Val (1999, p. 06), “o texto não significa exclusivamente por si mesmo. Seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação”.

Concluindo, é interessante registrar que “não existe o texto incoerente em si, mas [...] o texto pode ser incoerente em/para determinada situação comunicativa”. Em outras palavras, “o texto será incoerente se seu produtor não souber adequá-lo à situação, levando em conta intenção comunicativa, objetivos, destinatário, regras socioculturais, outros elementos da situação, uso dos recursos lingüísticos, etc.” (KOCH; TRAVAGLIA, 2012, p. 48). Em síntese, o texto acadêmico será coerente sempre que houver a correta adequação a todos esses itens, ou seja, sempre que sua construção estiver pautada nas formalidades que o mundo acadêmico exige.

Coesão textual

De acordo com Beaugrande e Dressler (1992, p. 03), a coesão “diz respeito à forma como os componentes da superfície do texto, ou seja, as palavras reais que ouvimos ou vemos, são mutuamente conectadas dentro de uma sequência” (tradução nossa). Didaticamente falando, a coesão é “a ligação, a relação, a conexão entre palavras, expressões ou frases do texto [...] manifestada por elementos formais, que assinalam o vínculo entre os componentes do texto” (SAVIOLI; FIORIN, 2006, p. 370).

Alguns elementos responsáveis pela coesão podem ser, como nos mostra

Koch (2006b, p. 36-37), de ordem gramatical, os quais incluem os pronomes de terceira pessoa, os demais pronomes possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos ou relativos, os numerais, o artigo definido e alguns advérbios locativos (lá, aí, ali), ou podem ser de ordem lexical, com a função de “reiterar referentes textuais”, como “a repetição do mesmo item lexical, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e formas nominais, inclusive nominalizações”.

No texto acadêmico, em virtude de sua necessária organização, a coesão torna-se indispensável. Cada parte deve manter clara relação com as demais, a partir de referências, retomadas, enfim, deve ser estabelecido um diálogo entre todos os dados que compõem o conjunto informacional do trabalho. Trata-se da garantia de que o texto seja, de fato, inteligível.

Intencionalidade

Etmologicamente, o termo *intencionalidade* remete à *intenção*, do latim *intentione*, que nos leva a pensar em significados como “vontade, desejo, pensamento, propósito, plano, deliberação” (FERREIRA, 2004). Na elaboração de um trabalho acadêmico, também há essa noção de propósito: existe, por trás do texto, a vontade de que o receptor receba dado enunciado do modo como fora planejado por seu produtor, ou seja, espera-se que o leitor aja (acredite ou faça o que se pede) de acordo com as ideias do produtor.

Conforme explicita Beaugrande (1997, p. 14), “intencionalidade compreende o que os produtores do texto pretendem dizer, alcançar, e assim por diante” (tradução nossa). Beaugrande e Dressler (1992, p. 07) complementam tal ideia, ao afirmarem que a intencionalidade “diz respeito à atitude do produtor de texto, de modo que o conjunto de ocorrências constitua um texto coeso e coerente, um instrumento que cumpra as suas intenções” (tradução nossa).

No planejamento de um texto de caráter acadêmico, é evidente que a intencionalidade relaciona-se com os objetivos definidos no processo da pesquisa. O texto, portanto, deve ser construído com base naquilo que se pretende apresentar, sem que ocorram interferências capazes de desviar sua compreensão.

Aceitabilidade

Para Beaugrande e Dressler (1992, p. 07), a aceitabilidade está ligada à noção de relevância, ou seja, “a aceitabilidade refere-se à atitude do receptor do texto, de modo que o conjunto de ocorrências constitua um texto coeso e coerente, que tenha alguma utilidade ou *relevância* para ele” (tradução nossa; grifo nosso). De um modo geral, como o próprio nome diz, a aceitabilidade relaciona-se ao fato de o receptor aceitar ou não o texto que ouve ou lê. Beaugrande (1997, p. 14) argumenta que a aceitabilidade “compreende o que os receptores empenham-se em fazer para aceitar algo como um texto, por exemplo, compreender, analisar, reagir, e assim por diante” (tradução nossa).

Basicamente, uma vez que o texto acadêmico tenha sido construído com empenho, cumprindo os procedimentos necessários ao alcance dos objetivos pré-definidos pelo pesquisador, há grandes chances de que as informações nele contidas sejam aceitas pelo público receptor ao qual foi direcionado. Trata-se de um processo interacional em que o leitor assume como importante o conteúdo intencionalmente selecionado pelo produtor do texto.

Informatividade

Beaugrande e Dressler (1992, p. 09) dizem que a informatividade “refere-se à medida em que as ocorrências do texto apresentado são esperadas vs. inesperadas ou conhecidas vs. desconhecidas/incertas” (tradução nossa). Em outras palavras, resgatando Koch (2006b, p. 41), “a informatividade diz respeito, por um lado, à distribuição da informação no texto, e, por outro, ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada”. De um modo geral, o texto precisa “informar” algo novo ao receptor.

Essa ideia aplica-se, integralmente, ao texto acadêmico. Durante processos de pesquisa, há o risco de que o conteúdo apresentado, por meio dos diversos gêneros, seja isento de informatividade, vazio de sentido. Aquele que redige o texto deve primar pela seleção adequada das informações, de modo que não sejam repetitivas, desprezíveis. Pelo contrário, considerando o informar/divulgar como uma das principais funções do texto acadêmico, espera-se que ele, no mínimo, apresente níveis de ineditismo os quais, por menores que

sejam, atraiam a atenção do público leitor.

Situacionalidade

Além da intenção do emissor ao elaborar um texto, da disposição do receptor ao recebê-lo e da quantidade de informações que são veiculadas, outro fator muito importante deve ser levado em consideração: a *situacionalidade*, “que diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa” (COSTA VAL, 1999, p. 12). Isso vai ao encontro do que postulam Beaugrande e Dressler (1992, p. 09): “situacionalidade refere-se aos fatores que tornam um texto *relevante* a uma situação de *ocorrência*” (tradução nossa; grifo dos autores).

No âmbito acadêmico, não há dúvidas de que a relação entre texto e contexto é determinadora de formalidades. Por estar inserido em situações que exigem seriedade, objetividade, clareza e fidedignidade, o texto acadêmico é (ou deve ser), por natureza, imbuído desses caracteres. Atender a objetivos, atentar-se para a linguagem, informar e convencer: essas são atitudes definidas pela situação em que ele se insere.

Intertextualidade

O último fator a ser discutido é a *intertextualidade*, que, segundo Koch (2007, p. 47), é “condição de existência do discurso”, uma vez que cada texto remete a ideias previamente apresentadas, em um processo ilimitado de resgate, de retomada, o que exclui a neutralidade, a pureza, de toda e qualquer produção discursiva. Isso é confirmado por Kristeva (2005, p. 68), para quem “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de textos”.

Nas palavras de Beaugrande e Dressler (1992, p. 10), a intertextualidade “compreende os fatores que tornam a utilização de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos previamente encontrados” (tradução nossa). Beaugrande (1997, p. 15) assevera que “você aplica o princípio da intertextualidade, ligando o momento atual de produzir ou receber o texto até a

sua experiência prévia com outros textos, especialmente os do mesmo tipo e de mesmo domínio do discurso” (tradução nossa).

Essa dependência de retomada de textos anteriores para o entendimento de um texto produzido em um momento posterior é comentada, também, por Costa Val (1999, p. 15), quando a autora afirma que “inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, *que funcionam como seu contexto*”.

Para o texto acadêmico, a importância e a ocorrência da intertextualidade são indiscutíveis. Uma vez portador de informações que se pretendem verdadeiras, o texto acadêmico é construído a partir de um processo de pesquisa que lhe fornece um embasamento teórico cuja função é sustentar/defender/confirmar o que diz o pesquisador. Trata-se de um fator de textualidade que se apresenta, em particular, no referencial teórico por meio de citações diretas e indiretas.

O texto acadêmico

No que tange ao texto acadêmico, ele se refere aos textos que são produzidos na e para a academia (a universidade). Sendo assim, em geral, ele é de cunho verbal (resumo, resenha, fichamento, trabalho de conclusão de curso, monografia, seminário, debate regrado, comunicação oral e muitos outros), informativo e/ou argumentativo.

Por sua natureza, o texto acadêmico exige que sua construção seja coesa e, como toda produção de sentidos, coerente. Embora textos presentes em outras esferas da comunicação humana prescindam da coesão para produzir significados, o texto acadêmico tem esse recurso de textualidade como imprescindível, haja vista o fato de a ligação entre os componentes estruturais do texto ser necessária. Nesse sentido, aspectos relativos à linguagem utilizada na composição de todo e qualquer trabalho acadêmico devem ser considerados.

A linguagem acadêmica

Além da coerência, que é básica e essencial, a linguagem acadêmica

deve apresentar como características: *simplicidade, clareza, concisão, objetividade, correção, polidez e elegância*. Ela precisa ser construída pensando-se na compreensão do leitor, não apenas na produção de um conhecimento científico, o qual não se faz se o interlocutor não compreende aquilo que se diz em um texto. Por isso, a linguagem acadêmica deve ser, antes de tudo, coerente e clara. A coerência e a clareza referem-se à construção de sentido sem obscuridade, sem inconsistências, de modo que o texto seja compreendido sem grandes dificuldades pelo interlocutor. Ser claro é ser coerente, não se contradizer, não se repetir sem necessidade. Para isso, deve-se respeitar a gramática da língua, pontuar bem o texto e evitar períodos e/ou parágrafos longos, oração na ordem inversa, erudição ou afetação, arcaísmos, preciosismos (linguagem demasiadamente rebuscada, eloquente) e falta de precisão.

A concisão, por seu turno, é relativa à objetividade do texto, que não precisa de “rodeios”, em que se dispensa tudo aquilo que não é necessário para a sua compreensão. Para se obter a concisão, é preciso cortar tudo o que for supérfluo, ater-se ao essencial, reduzir o uso de adjetivos e evitar circunlóquios (“rodeios”) e floreado.

A correção diz respeito ao adequado uso linguístico-gramatical da linguagem escrita, que, em textos acadêmicos, deve obedecer aos princípios estabelecidos pela gramática normativa da língua portuguesa. Os desvios gramaticais mais comuns dizem respeito a: ortografia, flexão de número (plural e singular) e gênero (masculino e feminino), concordância, regência, colocação pronominal, emprego de “que”, “se” e dos operadores argumentativos (por exemplo, as conjunções). Assim, o texto deve passar por uma rigorosa revisão. Cumpre salientar que a revisão deve dar conta não somente dos aspectos gramaticais, mas também textuais (estruturais) e semânticos (de sentido).

A polidez tem relação com o não uso de termos indecorosos, gírias e estrangeirismos desnecessários. A elegância consiste na boa formatação do texto, na coesão entre os elementos visuais, que devem ser claros, ou seja, é relativa à estética do texto. Portanto, deve-se evitar a seleção de fonte pouco legível, deve-se eleger tamanho, formato e cor de fonte que não dificultem a leitura. As imagens não podem ser borradas, rasuradas, não devem estar em tom de branco e preto (usam-se escalas de cinza ou imagens coloridas), precisam, enfim, ser visíveis.

Em contrapartida, a linguagem acadêmica deve evitar: a *ambiguidade*, a *obscuridade*, a *prolixidade*, o *pleonasma vicioso*, a *cacografia*, a *cacofonia*, a *silabada*, o *barbarismo*, o *eco*, as *gírias*, os *estrangeirismos*, o *solecismo*, a *vulgaridade*. Isso porque esses elementos prejudicam a produção de sentidos do texto, afetando a sua clareza, coerência e elegância.

A ambiguidade (ou anfibologia) ocorre quando há duplicidade de sentidos, quando não se consegue determinar o referente de um termo no enunciado. Ela é consequência do mau emprego dos sinais de pontuação e de palavras, de colocação pronominal equivocada, de posição de adjetivos em um enunciado.

O pleonasma vicioso (ou redundância) é relativo à repetição desnecessária. A obscuridade é a falta de clareza do texto. Ela pode surgir em decorrência de períodos e/ou parágrafos demasiado longos e mal pontuados, da inversão da ordem direta da frase (sujeito – verbo – complementos), que é a mais comum e clara, de linguagem muito eloquente ou rebuscada, o que tem relação também com a prolixidade. Essa, por sua vez, relaciona-se ao uso de mais palavras do que necessário, a fim de prolongar o texto, tornando-o, contudo, prolixo. Também não é interessante a utilização de frases feitas e chavões.

A cacografia é a desobediência às regras da ortografia da língua portuguesa, e a cacofonia é relativa à existência de som desagradável, podendo levar à ridicularização do texto. O eco é a repetição de um mesmo som (ex.: A flor tem odor e frescor). A silabada refere-se aos erros de acentuação; e o solecismo, aos erros de sintaxe (concordância, regência, colocação pronominal). Os estrangeirismos são relativos ao uso de palavras não portuguesas em um texto sem que haja necessidade disso. As gírias são expressões informais, usadas particularmente por um grupo social.

O texto acadêmico e a pesquisa científica

No ambiente acadêmico, grande parte dos textos produzidos integra processos de pesquisa. Sua função é informar resultados, apresentar teorias, discutir informações, enfim, promover a disseminação e ampliação do conhecimento científico. Desse modo, além de aspectos ligados à linguagem e à estrutura composicional dos textos acadêmicos, devemos nos atentar a

algumas questões de extrema importância, tais como, por exemplo, os cuidados éticos, a confiabilidade das fontes, a atenção dispensada a referências/citações.

No que tange a uma postura ética na pesquisa científica, ao se elaborar um texto, deve-se garantir a procedência e a veracidade das informações selecionadas. Cópias indiscriminadas e a não apresentação das fontes de consulta caracterizam a apropriação indevida de ideias, o plágio, pelo qual o pesquisador pode ser submetido a penalidades, incluindo aí a perda de títulos e a desmoralização frente à comunidade científica.

Quanto à confiabilidade, a pesquisa deve se pautar por uma busca cautelosa e seletiva de fontes, por meio da qual o texto poderá ser construído com base em ideias previamente validadas. Em outras palavras, o pesquisador deve resguardar-se de “armadilhas”, como a consulta a obras de autoria duvidosa ou a páginas eletrônicas sem qualquer tipo de acompanhamento e/ou revisão técnica.

Deve-se privilegiar, sobretudo, o contato com artigos de revistas especializadas, teses/dissertações/monografias defendidas e publicadas, livros de autores renomados, enfim, materiais de procedência confiável. Todo esse cuidado se estende à referência, pela qual cada ideia tem sua origem claramente definida.

Em suma, a elaboração do texto acadêmico requer a eliminação de “facilidades”, uma vez que apenas o empenho e o verdadeiro trabalho de pesquisa são garantias de qualidade e sucesso.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BEAUGRANDE, R. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

_____; DRESSLER, W. U. **Introduction to Text Linguistics**. London; New York: Longman, 1992.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e Textualidade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INTENÇÃO. Em: FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. **Linguística Textual: quo vadis?** *D.E.L.T.A.*, São Paulo, n. 17, ed. especial, p. 11-23, 2001.

_____; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; _____. **A coerência textual**. 18 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KRISTEVA, J. **Introdução à Semanálise**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LÉVY, P. **O que é virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. **Lições de Texto: leitura e redação**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2000.

Categorias de análise aplicadas na investigação documental: estudos do semanário católico O São Paulo²⁴

Fabio Lanza²⁵

José Wilson Assis Neves Júnior²⁶

Apresentação da trajetória de pesquisa

A nossa formação acadêmica perpassou estudos sobre a Igreja Católica no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). É importante destacar, tendo em vista o público de estudantes de Graduação, alvo desta coleção de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, que, desde as nossas Iniciações Científicas a temática de investigação foi a mesma: Igreja Católica paulistana; ditadura militar (1964-1985) partindo da utilização de fonte documental ou oral.

As produções das nossas trajetórias de Pós-Graduação buscaram uma aproximação com as fontes documentais, no caso, o jornal semanário católico O São Paulo (JOSP), impresso²⁷ desde 1956. De certa forma, as pesquisas realizadas na PUC-SP (2004-2015) e na UEL-PR (desde 2012) investigaram a imprensa católica escrita (edições publicadas) e as fontes documentais (matérias censuradas) do jornal O São Paulo.

Os estudos desenvolvidos geraram a produção acadêmica exigida pelos programas de Iniciação Científica ou Pós-graduação, e os produtos (relatórios, dissertações e tese) são relevantes para a consolidação das Ciências Sociais no Brasil, bem como, para nossas trajetórias de formação profissional. É de maior destaque, porém, o trabalho realizado com a Equipe de pesquisadores(as) vinculados(as) ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades LERR e ao Centro de Pesquisa e Documentação Histórica CDPH na UEL. Esse

²⁴ Capítulo oriundo dos trabalhos de investigação realizados a partir das publicações e do arquivo censurado do jornal católico O São Paulo, vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC SP e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL-PR, entre 2004/2016.

²⁵ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UEL-PR e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR/UEL). E-mail: lanza1975@gmail.com

²⁶ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília-SP e mestre em Ciências Sociais pela UEL. Pesquisador vinculado ao LERR/UEL. E-mail: nevesjr1991@gmail.com

²⁷ E atualmente disponível no formato digital em:
<http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/jornal-o-sao-paulo>

trabalho permitiu a organização, sistematização e preservação do arquivo de matérias do JOSP, vetadas pela censura prévia da ditadura militar (1972-1978), que foram, depois, disponibilizadas de forma gratuita na rede mundial de computadores²⁸. Como resultados mais recentes dos trabalhos acadêmicos decorrentes da pesquisa documental empreendida sobre as fontes documentais do jornal católico paulistano, encontram-se a Dissertação de Mestrado de Neves Júnior (2016) e os Trabalhos de Conclusão de Curso de Rodrigues (2017), Brito (2013) e Neves Júnior (2013).

A pesquisa documental, e os seus produtos, foi uma forma de valorizar a busca pela consolidação da democracia e da participação popular no Brasil. Hoje vivemos numa época em que a gestão autoritária e antidemocrática mostra sua expressão de várias formas²⁹. Esse fenômeno expressa a constante necessidade de retomarmos o passado para compreender determinadas peculiaridades inerentes aos governos democráticos, expostas por Tilly (2013), inclusive seu caráter instável que desencadeia constantes (re)ascensões de forças políticas desdemocratizantes que preconizam retrocessos político-sociais.

Aspectos teóricos e metodológicos

Não há apenas um caminho nos processos de pesquisa, nem respostas definitivas. Todas as descobertas são provisórias, e as verdades, aproximadas, inclusive na área das Ciências Sociais. Em nosso caso de pesquisa, quando tratamos das fontes documentais, imprensa e Igreja Católica, não é diferente. Isto ocorre principalmente porque

hoje a comunicação é um tema central marcado por um grande número de correntes intelectuais que pensam sobre ela, e é também uma disciplina caracterizada por “surpresas” cotidianas, derivadas de novos meios de comunicação que permitem novos tipos de relações e interações entre as pessoas na sociedade atual (PUNTEL, 2005, p. 17).

²⁸ Para maior aprofundamento ver:

<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo.php>

²⁹ Por exemplo: enxugamento dos serviços públicos com cortes de verbas operacionais e custeio; decisões centralizadas que buscam romper com a autonomia universitária; golpes contra os direitos dos trabalhadores por meio de reformas com perfil neoliberal; ataque aos professores e funcionários públicos como no massacre do dia 29 de abril de 2015 no Centro Cívico em Curitiba PR ou em Brasília no dia 29 de novembro de 2016 na manifestação contra a PEC 55.

A Arquidiocese paulistana experimentou as novas “surpresas” que a área da comunicação proporcionou, tendo em vista, por exemplo, as relações sociais que se estabeleceram com o Estado e os movimentos sociais, a partir da Rádio 9 de Julho e d’*O São Paulo*, na segunda metade da década de 1950.

Em meados do século XX, o Cardeal Motta³⁰, da Arquidiocese de São Paulo, organizou e estruturou os órgãos de imprensa indicados para realizar uma maior atuação midiática junto à sociedade paulistana. Esse período foi concomitante ao crescimento do campo evangélico pentecostal no Brasil e, no último quarto do século XX, principalmente nas regiões metropolitanas.

No século XXI, a relação entre as Igrejas Cristãs e os meios de comunicação de massa tornou-se intensa e produtiva no que tange à disputa proselitista entre os líderes religiosos e à busca por expansão no mercado religioso brasileiro.

No entanto, no período da ditadura militar (1964-1985), a relação entre a Arquidiocese de São Paulo e o Estado brasileiro foi diferente do que existe na atualidade. A Rádio 9 de Julho, durante o arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns (1970-1998), foi fechada pela censura militar e o jornal *O São Paulo* sofreu censura prévia entre 1972 e 1978.

É preciso, ainda, compreender que as edições d’*O São Paulo* são a expressão oficial da Arquidiocese³¹, em que o arcebispo exerce seu poder religioso e eclesiástico. Esse

poder religioso consiste na capacidade de expressar e definir um consenso religioso, e portanto de tratar com o sagrado de uma determinada comunidade. O poder “eclesiástico” (reconheço que a palavra cabe para as corporações cristãs, mas é inadequada para outras) é a capacidade de governo sobre a corporação religiosa. Na Igreja Católica Romana, ambos os poderes se confundem nas mesmas pessoas (os ministros ordenados, que formam o clero). Os clérigos, principalmente os de mais alta hierarquia, detêm o poder eclesiástico juntamente com o poder religioso. São eles que nomeiam e investem as pessoas nos cargos eclesiásticos, gerem as finanças da Igreja, criam e dirigem seus diversos organismos e instituições. No regime do Padroado, por exemplo, o imperador – um leigo sob o ponto de vista religioso – exercia o poder eclesiástico, embora não tivesse poder religioso (OLIVEIRA, 1986, p. 60, grifos nossos).

³⁰ Cardeal Motta administrou a Arquidiocese de 1944 a 1964. Seu sucessor foi o cardeal Rossi, do final de 1964 a 1970.

³¹ É possível ressaltar que “hoje em dia, com a ampliação gigantesca do que Pierre Bourdieu chama de mercado de bens simbólicos, para que um movimento religioso se expanda rapidamente [...], é importante dispor de uma forte rede de mídia” (CARVALHO, 1988, p. 93).

A trajetória do referido semanário foi direcionada pelo comando dos arcebispos que estavam à frente da Arquidiocese; por conseguinte, a partir das posições assumidas pela Igreja Católica paulistana no periódico mencionado, no decorrer das décadas de 60, 70 e 80 do século XX.

Na produção da Tese defendida na PUC-SP em 2006³², foi possível, em uma perspectiva de análise qualitativa, compreender as matrizes ideológicas que subsidiaram suas ações, e também perceber as divergências que marcaram a atuação dos arcebispos na época, tais como as suas posições sociopolíticas frente ao Estado e à sociedade.

Neste capítulo do primeiro volume da Coleção Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, apresentaremos o eixo da pesquisa documental, análise e interpretação dos dados a partir da formulação de categorias de análise. A primeira formulação sobre a periodização do JOSP e a segunda para interpretação das suas matérias publicadas.

As publicações do semanário permitiram a análise da atuação sociopolítica da Igreja Católica Apostólica Romana na Arquidiocese de São Paulo na época da ditadura militar (1964-85), revisitando os períodos dos arcebispos anteriores³³, cardeais Dom Carlos Carmelo V. Motta (1956³⁴ a 1964), Dom Agnelo Rossi (1964-70) e, por último, Dom Paulo Evaristo Arns (1970-85³⁵). Esses recortes delimitam o campo dos dados empíricos, tendo em vista que a principal fonte de pesquisa foi o semanário oficial da Arquidiocese. A investigação realizada na PUC-SP, entre 2004-2006, também possuía, de forma complementar, fontes orais com sujeitos-entrevistados, pessoas que compõem ou compuseram o clero da Arquidiocese (secular ou regular) e possuíram relações com os meios de comunicação social católicos locais.

³² Por Fabio Lanza sob orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley com o título: Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo.

³³ Informação disponível em:

<http://www.arquidiocese-sp.org.br/cpub/pt/Historia/Historia_bispos.php>, acessado em 21 jun. 2005.

³⁴ Esta data se refere à fundação do semanário, e não a todo seu período de arcebispado (1944-64).

³⁵ Esta data se refere ao fim da ditadura militar, e não ao seu período de arcebispado (1970-98).

Esse estudo das matrizes ideológicas³⁶ para a elaboração da Tese objetivou identificar e interpretar as ideias e estratégias que subsidiaram as ações da Igreja Católica nos âmbitos político, cultural e social durante a ditadura militar (1964-85): a) revisitando o período do arcebispo cardeal Dom Carlos Carmelo V. Motta (1956-64), a partir da edição do semanário *O São Paulo*, compreendendo o momento pré-golpe; b) e o período da ditadura militar, época do arcebispado dos cardeais Dom Agnelo Rossi (1964-70) e Dom Paulo Evaristo Arns (1970-85), até o processo de redemocratização, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência e Vice-Presidência da República e com o fim “oficial” dos generais militares no Poder Executivo.

Estratégias de análise e interpretação

Como se trata de vários anos de edição do periódico, compondo uma fase ampla e extensa (de 1956 a 1985), esta foi dividida, para fins metodológicos de pesquisa, em períodos analíticos. Cada um deles agrega significativamente características próprias e se diferencia dos demais, tendo em vista os aspectos internos da Igreja Católica paulistana e os externos, vinculados às conjunturas políticas e sociais mais relevantes do País.

A pesquisa documental ocorreu inicialmente nos arquivos do próprio *O São Paulo* na Cúria Arquidiocesana e posteriormente nos arquivos da Biblioteca Padre Leuret, na Escola de Teologia Dominicana³⁷ no Bairro de Perdizes, em São Paulo.

Em um primeiro momento, a leitura das edições seguiu essa orientação metodológica de pesquisa por períodos, e o trabalho investigativo das publicações procurou selecionar o recorte documental que fosse mais significativo e possibilitasse o estudo, a interpretação e a análise das matérias de primeira página e dos editoriais.

³⁶ A concepção de matrizes ideológicas aqui adotada tem base em Sader (1988) e conta com as contribuições de Bruneau (1974), conforme discutido anteriormente.

³⁷ As edições de *O São Paulo* estão disponíveis à consulta pública na Biblioteca Padre Leuret, na Escola de Teologia Dominicana, à rua Atibaia, n. 420 no bairro de Perdizes – São Paulo – SP – sob coordenação da Bibliotecária Sr^a Ercília Ribeiro Lessi (CRB n. 182.295) e da auxiliar de biblioteca a Srt^a Sandra Cristina Lima Silva.

Num segundo momento, que compreende a elaboração escrita, foram utilizados para a confecção do *corpus* documental de análise os dados coletados no trabalho de leitura e seleção das edições d'O *São Paulo* e as entrevistas transcritas. No que se refere às fontes orais desta pesquisa, os entrevistados são considerados sujeitos cuja fala, interpretação e discurso foram contribuições ímpares.

Dessa forma, a primeira categoria formulada foi a de periodização utilizada no processo da pesquisa documental que teve o seguinte encadeamento:

- O primeiro período, de 1956 a 1966, envolve a fase final do arcebispado do cardeal Motta, quando ocorreu a fundação d'O *São Paulo*, e parte do arcebispado do cardeal Agnelo Rossi. É importante perceber que esta fase está vinculada à institucionalização do próprio semanário pela Arquidiocese, colaborando para a legitimação dos valores e mensagens católicas na metrópole que se constituía, além de publicizar a participação episcopal no Concílio Vaticano II³⁸ e se referir à fase pré-golpe de 1964 e início da ditadura.

- A segunda etapa, de 1966 a 1970, além de representar uma fase de transição entre a predominância conservadora e uma perspectiva progressista na gestão arcebispal da Arquidiocese de São Paulo, também envolveu as discussões oriundas do Concílio Vaticano II, o início das torturas e mortes dos opositores da ditadura militar, entre outras dimensões, coincidindo com a chegada do então bispo auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns.

- A terceira fase, de 1970 a 1985, compreende o momento marcado pela ruptura ao apoio dado aos governantes militares. Essa etapa esteve em consonância com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns à condição de arcebispo e cardeal, marcada pela atuação direta junto à equipe de elaboração do semanário, com a implantação das modificações sugeridas pelo Concílio Vaticano II; a instalação mais incisiva de uma abordagem jornalística

³⁸ “O Concílio Vaticano II constituiu-se no mais importante evento da Igreja Católica do século passado. Realizado de outubro de 1962 a dezembro de 1965, foi o vigésimo primeiro concílio ecumênico depois de um intervalo de 92 anos (o Vaticano I ocorreu em 1870). Por ter se caracterizado como uma assembléia da cúpula eclesiástica para deliberar sobre assuntos de doutrina e missão da Igreja no mundo, o Vaticano II foi decisivo na tentativa de a Igreja reconhecer e entender o mundo no qual vivemos, com expectativas, anseios e características. Foi assim que o documento *Gaudium et spes* [*Sobre a Igreja no mundo hoje*] chamou a atenção a respeito da nova postura da Igreja sobre a justiça e da transformação da sociedade como uma dimensão fundamental da evangelização.” (PUNTEL, 2005, p. 121)

comprometida com a denúncia das atrocidades do regime militar; com a difusão dos direitos humanos e o comprometimento com os movimentos sociais do País. Esse período se encerra metodologicamente com o fim da censura prévia ao semanário, tendo em vista o processo de abertura política e redemocratização.

Com base no instrumental apontado, por meio da periodização para a pesquisa documental, em consonância com a citação acima, formularam-se quatro categorias de análise a partir dos objetivos propostos para análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa documental e oral. As categorias de análise podem ser assim definidas:

[...] Categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado [...] Para ajudar na redação e na compreensão, pode ser útil fazer uma introdução em cada categoria, definindo e explicando o que será tratado e, ao final, fazer um fecho conclusivo. (DUARTE, 2005, p.78-79)

Quando desenvolvemos a pesquisa documental e nos apoiamos em formulações decorrentes das contribuições das Ciências Sociais, da Linguística e da Comunicação, adotamos uma forma de estruturar a análise e a escrita. As formulações de Bueno (2005) ratificam essa perspectiva teórico-metodológica:

É importante lembrar que as categorias devem ser precisamente identificadas, de modo que não haja ambiguidades ou sobreposição. Uma regra básica é que elas sejam mutuamente excludentes, de modo que o analista ou pesquisador saiba exatamente como classificar o material. Da mesma forma, elas devem ser exaustivas, ou seja, devem cobrir todas as possibilidades para que o pesquisador possa classificar, apropriadamente, todas as unidades informativas. (BUENO, 2005, p.358)

As categorias indicadas a seguir permitiram a identificação e análise das ações sociopolíticas e das matrizes ideológicas a partir dos editoriais e manchetes d' *O São Paulo*. As mesmas categorias subsidiaram as interpretações e o estudo das entrevistas realizadas, que também colaboraram para o trabalho analítico, norteando a elaboração escrita desta tese.

Como *primeira categoria de análise*, buscou-se evidenciar as concepções adotadas pela Igreja Católica paulistana sobre o papel dos meios de comunicação de massa, com destaque para o jornal escrito.

A partir do trabalho de investigação realizado em cada período indicado, como uma *segunda categoria de análise*, foi possível perceber as diferentes matrizes ideológicas que fundamentaram o posicionamento da Arquidiocese frente ao Estado em suas diversas conjunturas.

Os aspectos identificados, no que se refere às matrizes ideológicas evidenciadas nos editoriais e manchetes d'*O São Paulo*, permitiram o encaminhamento analítico da *terceira categoria*, em que foi possível confrontar as diferentes atuações dos arcebispos na Arquidiocese, na sociedade paulistana e no Estado.

A pesquisa documental e oral realizada buscou, como *quarta categoria analítica*, perceber como a Arquidiocese se posicionava frente à sociedade civil por meio d'*O São Paulo*, dando ênfase às suas organizações e às suas manifestações.

Considerações finais

Todo esse construto teórico que fundamentou a pesquisa com fontes documentais, complementado com as contribuições orais, pode ser configurado pelas discussões bibliográficas, pela formulação das categorias de análise e pela periodização para o trabalho investigativo junto ao JOSP.

A formulação da categoria para periodização como estratégia de pré-análise, análise e interpretação das fontes documentais subsidiou todos os trabalhos decorrentes e vinculados aos pesquisadores(as) desta temática do LERR/UEL. As categorias que nortearam a investigação também possibilitaram a escrita e formulação dos produtos exigidos nos diferentes meios acadêmicos (Pós-Graduação, Congressos, periódicos e Iniciação Científica).

A interpretação e o estudo das fontes (documentais e orais) buscam entendê-las como resultado de um processo social e “processo de conhecimento (expresso na linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico em um contexto incrementado por tensões e perturbações sociais” (MINAYO, 2000, p. 226).

A investigação documental é um dos mais importantes Métodos de Pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais, pois nos permite compreender as distintas formações e acontecimentos que desencadearam a configuração da realidade presente. Os documentos também são caracterizados por expressar a forma como distintos grupos sociais interpretavam os acontecimentos sócio-históricos e se relacionavam entre si – permitindo, assim, discernir a existência dos conflitos político-sociais ocorridos no passado, próximo ou distante.

Ressalta-se, ainda, que análises históricas relativas aos períodos de retrocessos democráticos são de grande importância para interpretação da atual conjuntura política nacional e internacional, na qual percebemos o (re)fortalecimento de grupos sociais que defendem propostas desdemocratizantes.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHÍNOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1986.

BUENO, Wilson da Costa, **Auditoria de imagem na mídia**. In DUARTE, BARROS, 2005, p.358

BRITO, Anderson P. **O ideal católico progressista na ditadura militar (1964-1985) presente nas cartas de Dom Frágoso**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais apresentado a Universidade Estadual de Londrina.

BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo, Loyola, 1974.

_____. O Papel da Igreja na Transição Brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 30, n. 1, 1987.

CARMO, S. I. S. do. **A Memória do Regime Militar numa Perspectiva Interdisciplinar**. 1997. Projeto de pesquisa para o triênio 1997-2000, apresentado à FCL da Unesp, Araraquara.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**, In DUARTE, BARROS, 2005, p.78-79

DUARTE, J.; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social**. São Paulo, Atlas, 2005.

FADUL, Anamaria. **Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja. ("O São Paulo" – 1979-1985)**. 1986. Tese de Livre-Docência apresentada à ECA/USP, São Paulo.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da Análise do Discurso**. 5 ed. São Paulo, Contexto, 1996.

_____. **Linguagem e Ideologia**. 6 ed. São Paulo, Ática, 1998.

LANZA, Fabio. **A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado) em História apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp, Franca.

NEVES JÚNIOR, José W. A. **Os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85): dos documentos do DEOPS às matérias vetadas do semanário O São Paulo**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais apresentado a Universidade Estadual de Londrina.

_____. **Novas fontes para compreender a censura prévia militar: uma análise do arquivo censurado do jornal católico O São Paulo (1972-78)**. 2016. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Comunidade, Igreja e Poder: em busca de um conceito sociológico de "Igreja". *Religião e Sociedade***. Rio de Janeiro, CER/Iser, v. 13, n. 3, pp. 42-60, nov. 1986.

PEREIRA, Antônio Aparecido. **A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano "O São Paulo"**. 1982. "Tesi" em Jornalismo, apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull'Opinione Pubblica, Roma.

PUNTEL, Joana T. **A Igreja e a Democratização da Comunicação**. São Paulo, Paulinas, 1994.

_____. **Cultura Midiática e Igreja: uma nova ambiência**. São Paulo, Paulinas, 2005.

RODRIGUES, Raíssa R. B. **Divergências e convergências quanto o conceito de família no semanário "O São Paulo"**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais apresentado a Universidade Estadual de Londrina.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Folkcomunicação Outsider: Experiências de uma Pesquisa

ALMEIDA, Villenon E. de O. (UEL)³⁹

Breve relato de uma IC⁴⁰

Como iniciar uma pesquisa? Ou melhor, como ser iniciado(a) como pesquisador(a)? São perguntas que podem ser buscadas por interesse próprio ou podem simplesmente acontecer por acaso e te levar para esse campo da vida acadêmica. Comigo, ocorreu exatamente a última opção.

Sem pretensões de iniciar uma pesquisa, estava no meio do segundo semestre de Ciências Sociais na UEL, quando encontrei duas amigas que discutiam no CACS (centro acadêmico) sobre algo que achei interessante – pichações de banheiro. Tal assunto nunca havia despertado meu interesse antes, mesmo que reparasse na sua existência. Contudo, Silvia Caroline Vieira Alves e Andréia Cristina da Cruz queriam saber mais, e não se contentaram com as discussões e hipóteses vagas, então resolveram que iriam fazer uma pesquisa de verdade, uma iniciação científica, sobre o assunto. Quando então surge um problema para a dupla feminina, como fariam em relação aos banheiros masculinos? Perguntaram enquanto ambas olhavam para mim. Só me restou responder sim.

Mas, o que exatamente estudar? Por onde começar? Será que alguém vai querer nos orientar? Como dividiremos a pesquisa em três? Quais banheiros analisar? O que é pichação afinal? Qual a relevância de estudar esse objeto?

Enfim, perguntas não faltavam, e fomos atrás de ajuda. Andreia e Silvia Caroline procuraram pelo professor Fabio Lanza, coordenador do colegiado do curso na época, porque já tinham cursado disciplinas optativas ofertadas por ele e vinculadas ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades. O mesmo aceitou nos orientar, então começamos a pensar um projeto de IC para cada um de nós baseado no objeto de pesquisa, mas com perspectivas

³⁹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, cursa o bacharelado no mesmo curso e instituição. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos das Religiões e Religiosidades (LERR – UEL). E-mail: villenon2009@hotmail.com;

⁴⁰ Este tópico do capítulo foi escrito pensando na proposta deste material, um relato de experiência de desafios que podem servir de exemplo para aqueles que pretendem iniciar como pesquisadores.

temáticas e teóricas diferentes. Foi um desafio complicado, pois nunca tínhamos feito nada parecido.

Começamos com levantamento bibliográfico, para saber qual era o estado da arte. Andreia tinha afinidade com as discussões de gênero, Silvia com a psicologia social e eu não tinha a mínima ideia do que procurar.

Essa etapa nos fez percorrer não só a Internet e as bibliotecas da Universidade, como fomos atrás de professores do departamento de psicologia social e de artes visuais, para compreender alguns aspectos que nos causavam preocupação e saber quais abordagens realizar em determinadas situações. Por exemplo, professor João Batista Martins realizou pesquisa sobre pichações em Londrina no campo da Psicologia Social, mostrou-nos problemas que poderíamos enfrentar na pesquisa, como o anonimato dos pichadores e como isso traria desafios para a compreensão do objeto.

Depois dessa etapa, começamos a pensar a pesquisa de campo. Esta ficou delimitada somente às superfícies e às comunicações realizadas nos banheiros do CLCH-UEL de uso dos estudantes.

Originalmente, iríamos fotografar e transcrever no caderno de campo semanalmente o ocorrido nos banheiros. Contudo, os inscritos de parede não mudaram muito no decorrer da pesquisa. Percebemos que os debates e as discussões através dos rabiscos que tanto chamaram nossa atenção aconteciam de maneira esporádica, sendo o objeto um pouco mais estático do que imaginávamos, o que nos faz mudar a perspectiva da metodologia de coleta de dados.

Coletamos o material da pesquisa e começamos a analisar e pensar sobre os problemas. Apresentamos artigos sobre a pesquisa no evento do LERR 2013 e na semana de Ciências Sociais do mesmo ano. Em ambas as oportunidades, nossos trabalhos foram criticados de diferentes perspectivas, o que levou ao amadurecimento da pesquisa e dos pesquisadores. No evento do LERR, por exemplo, críticas as nossas hipóteses sobre o conceito de guerra santa e sobre as características religiosas proselitistas presentes no objeto nos fizeram perceber problemas da nossa abordagem metodológica.

Nossas análises e hipóteses nos levaram por caminhos que tivemos que repensar totalmente, conforme nos deparávamos com problemas apontados por

terceiros. Foi um processo que demorou mais do que o esperado, tanto que Andreia e Silvia não deram prosseguimento em suas pesquisas.

A pesquisa só ganhou um resultado dois anos depois do fim das coletas dos materiais. Ela voltou-se para a perspectiva da comunicação marginalizada, conhecida como folkcomunicação, com foco nas expressões religiosas, utilizando também da perspectiva de Howard Becker com o conceito de Outsiders.

No ano de 2015, foi apresentado o artigo referente à pesquisa no evento internacional de pós-graduação em sociologia da UFSCar. A apresentação dos resultados da pesquisa gerou bastante satisfação dos presentes no GT sobre religiões, havendo somente pequenas ressalvas. Enfim a pesquisa tinha adquirido o caráter sociológico necessário, apresentado a seguir.

Folkcomunicação e Outsiders: “Marginais” e “Desviantes”⁴¹

Na formulação da problematização, pensamos: O que leva as pessoas a produzirem inscrições nas paredes das cabines dos banheiros? Qual o motivo de usar aquele espaço, que não foi criado para aquela finalidade, mas que, ao mesmo tempo, traz uma visibilidade considerável? Essa comunicação seria aquilo que Luis Beltrão (1980) descreve como Folkcomunicação? A maneira de transmissão da informação influencia como essa mensagem vai ser recebida?

Outra discussão a ser feita sobre essa atividade é que, se analisada ao “pé da letra”, é considerada ilegal devido ao enquadramento como pichação segundo a Legislação Brasileira⁴² e também não é aceita socialmente, pois é considerada uma prática marginal, tendo o reforço das mídias de massa e outras instituições sociais, usando a lei para isso. Não queremos, porém, questionar a legalidade dos fatos, mas analisar as circunstâncias e o processo sociocomunicacional. Será que o fato de o ato ser marginalizado reforça a iniciativa da pessoa de se esconder na cabine do banheiro para fazê-lo? E

⁴¹ Resultados de pesquisa apresentados anteriormente em V Seminário Internacional de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Disponível em: <http://www.seminarioppgs.ufscar.br/Anais/Anais2015.rar>

⁴² LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011, que altera o Artigo 65 da LEI Nº 9.605, que diz: “Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. ”

seriam esses atos enquadrados como desviantes, com base na obra *Outsiders* de Howard Becker (2008)?

Inúmeras inscrições nas cabines expressam diferentes perspectivas, porém há também registro da abordagem e do pensamento religioso. Estes são alguns dados coletados: “quero rola”; “no cch só tem vadia e sapatão”; “peixeiro sem pegada é sushiman...”, “arrependei-vos, pois o reino de Deus está próximo.” Enfim, um ambiente múltiplo e que nos causou curiosidade e nos instigou para a investigação a partir dos referenciais das Ciências Sociais.

A definição de Luis Beltrão para o termo folkcomunicação é: “O conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e de meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (BELTRÃO, 1980, p.24).

Uma observação a fazer é que não temos o intuito de discutir o folclore em si, por alguns considerado como termo para minimizar ou depreciar formações culturais não hegemônicas. Vamos, sim, considerar a folkcomunicação, segundo Beltrão, como uma expressão que denomina formações culturais marginalizadas por grupos hegemônicos.

A Folkcomunicação preenche o hiato, quando não o vazio, não só da informação jornalística como de todas as demais funções da comunicação: educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas populares excluídas por diversas razões e circunstâncias do processo civilizatório, e exprimindo-se em linguagem e códigos que são um desafio ao novo e já vigoroso campo de estudo e pesquisa da Semiologia. (BELTRÃO, 1980, p. 26)

Assim, devemos também esclarecer como ocorre afinal o fenômeno da folkcomunicação. Na prática, o processo se dá como descreve Fábio Corniani:

Uma fonte transmite uma mensagem através de um canal, que no processo é representado pelos meios de comunicação de massa, chegando até uma audiência, onde estão contidos os líderes de opinião, estes intitulados por Beltrão como Líderes-comunicadores. Em um processo comunicacional padrão (fonte-mensagem-canal-receptor) o fluxo pararia por aqui. Mas no processo folkcomunicacional, neste ponto inicia-se um novo ciclo no fluxo da mensagem. Os líderes se tornam comunicadores e transmitem uma mensagem através de um canal folk, chegando então ao que Beltrão intitulou de audiência Folk. (CORNIANI, 2002, p. 2)

Beltrão (1980) diz que os grupos marginalizados são os responsáveis pela folkcomunicação. Para ele, existem três categorias: o marginalizado urbano, o marginalizado rural e o culturalmente marginalizado. O último perpassa pelas duas primeiras categorias.

Aqui entramos num ponto de divergência. Se, obrigatoriamente, os grupos culturalmente marginalizados pertencem aos grupos marginalizados urbanos e/ou rural, esbarramos em uma problemática. O que levaria alguns religiosos que, normalmente, não são marginalizados socialmente a usarem o mesmo canal *folk* de grupos, como *legalize* (o uso da maconha), homossexuais, que até mesmo uma parte das instituições religiosas (cristãs, por exemplo) contestam e/ou não toleram?

Supomos que o(s) sujeito(s) que faz(em) esses inscritos religiosos nesse canal *folk* talvez seja(m) de origem cristã, pois usa(m) frases bíblicas. Contudo, não podemos negar que há a presença religiosa nesse espaço, independentemente de quem é/são o(s) autor(es) do fato.

Fazendo uso de tal suposição, podemos levantar mais hipóteses. Talvez as pessoas não vejam espaço suficiente para si, mesmo dentro de todo o imenso cenário religioso existente. Ou, pelo fato de a universidade ser laica, busquem a sua cristianização, mesmo que por meios não tradicionais. Quem sabe seja para tentar “distribuir” mais “harmonia e paz” dentro daquelas cabines, que, como veremos, parecem um “hostil” campo de disputa no conceito de Bourdieu e Passeron (1975). Ou, então, seja só mais um elemento participando dessas disputas, dentre outras possíveis hipóteses.

O fato de as expressões religiosas estarem presentes nesse canal *folk* é, sim, compreensível, partindo-se do entendimento de que, na sociedade brasileira, há uma forte influência das mais diversas vertentes religiosas, principalmente do cristianismo. Por acaso, a cidade de Londrina traz uma característica importante e interessante consigo: ter um percentual populacional das religiões cristãs evangélicas de 30%, maior que a média nacional, que é de 22,2%, segundo dados do censo IBGE (2010), destoando, assim, do cenário geral presente no restante do País. Essas influências de questões ideológicas, morais e de crenças presentes na sociedade podem interferir nas inscrições de banheiro.

Nota-se que o banheiro não é – para as pessoas envolvidas nesses fenômenos – somente um lugar de passagem, cuja finalidade é meramente a higiene pessoal e as necessidades básicas. Ele é ressignificado pelos comunicadores e receptores dessas informações expressas.

Isso não quer dizer, porém, que essa é a forma exclusiva de ressignificação desse mesmo lugar e podemos ver isso em outros trabalhos sobre relações sociais em banheiros. Essa possibilidade de ressignificações permite a esse objeto ser muito rico e cheio de lacunas a serem trabalhadas, um lugar onde as pessoas podem se “transformar” em relação a como agem no seu cotidiano, ou mostrar o que realmente pensam, um espaço de “transgressão”, de “desvio” dos padrões sociais aceitos.

A privacidade garante ao comunicador proteção e anonimato num espaço que promove segurança. O comunicador de sanitário é, nesse caso, um comunicador anônimo que não estabelece comprometimento com sua audiência, pois não é possível saber quem deixou sua mensagem na porta. O banheiro é o espaço no qual a mensagem individual ou de um grupo torna-se pública (BRANDÃO, 2003, p. 1).

Como se pode notar, essas reflexões também estão voltadas às da Sociologia do desvio, trabalhada por Becker (2008) em *Outsiders*. Dessa forma, não podemos deixar de apresentar a definição do que é um *outsider* para o autor:

Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2008, p. 15).

O *outsider* está em desacordo com as regras de algum ou alguns grupos a que pertence, sendo considerado como um desviante das atitudes esperadas por eles.

O folkcomunicador, no caso deste estudo, é desviante, quando olhamos a partir dos padrões sociais, pois se trata de um ato ilegal (crime de pichação), algo moralmente condenável por diversas instâncias sociais. A questão é a seguinte: quando esse indivíduo entra na cabine, torna-se invisível para a sociedade – como Brandão (2003) mostra –, ele pode fazer o que deseja sem ser repreendido (desde que seja garantida a privacidade que se espera dentro do ambiente). Então, esse ator desviante enquadra-se na categoria de *desviante*

secreto – como trata Becker (2008) –, que ninguém sabe quem é o sujeito. Mas esse “desviante” tem um diferencial. O ato “desviante” dele é percebido pela sociedade, diferentemente daquele desviante secreto que não é visível, nem o seu ato, por exemplo, usuários de *sites* pornográficos. Em outras palavras, o *desviante é secreto*, porém, o desvio não, é um *desvio puro*, como mostra a seguinte tabela:

Tipos de comportamento desviante

	Comportamento apropriado	Comportamento infrator
Percebido como desviante	Falsamente acusado	Desviante puro
Não percebido como desviante	Apropriado	Desviante secreto

Fonte: Livro: *Outsiders*, de Howard Becker (2008), página 31.

Podemos definir que estamos tratando de sujeito(s) que é/são usuário(s) de um canal comunicacional *folk*, “julgado(s)” como outsider(s), pois comete(m) ato(s) considerado(s) desviante(s), que pode(m) ser visto(s) por qualquer um que for ao banheiro, sendo, porém, anônimo(s) o(s) autor(es). Devido a esse caráter, dizemos que são riscos sem riscos, pois a possibilidade de ser apanhado dentro das cabines, ou ser descoberto fora delas, beira o zero.

Contudo, não podemos nos deter nessas questões, há a necessidade de ter um olhar investigador com cuidado metodológico, pois é possível não ver ou analisar aspectos, características ou conteúdos, como alerta Becker:

À medida que supõem que atos infratores de regras são inerentemente desviantes, e assim deixam de prestar atenção a situações e processos de julgamento, a visão de senso comum sobre o desvio e as teorias científicas que partem de suas premissas podem deixar de lado uma variável importante (BECKER, 2008, p. 17).

Dessa maneira, com as perspectivas apresentadas e problematizadas, é possível uma compreensão teórico-metodológica, capaz de nos fazer pensar o objeto da referida pesquisa para além do senso comum.

Considerações Finais

Os esforços voltados para preparar materiais para aqueles que desejam iniciar suas pesquisas e se encontram com dificuldades é fundamental. Como o próprio relato de início mostra, a pesquisa é um universo vasto e, sem algum referencial, facilmente o jovem pesquisador pode se perder.

As demonstrações e reflexões teórico-metodológicas presentes neste capítulo tentam trazer perspectivas diferentes para uma realidade pouco explorada dentro das Ciências Sociais. A potencialidade dos canais folkcomunicacionais não deve ser subestimada, pois tem a capacidade de reprodução de mensagens daqueles que pensam, mas não têm coragem de se manifestar publicamente, podendo fazer uso desses canais para serem ouvidos sem serem identificados.

Os folkcomunicadores de latrina, no caso investigado do CLCH da Universidade Estadual de Londrina, acabam participando de uma disputa pelo canal *folk*, em que não há censura, nem censura para a censura. As regras simplesmente parecem não existir. Ao mesmo tempo que parece ser um espaço democrático, por não haver restrições ou filtros controladores, existem sujeitos que atuam na supressão ou tentam oprimir as expressões inscritas feitas por outrem.

Ainda podemos considerar que são as intervenções religiosas que estão promovendo o papel inverso no espaço *folk* (marginalizado e secreto), em outras palavras, fazem “propaganda” de condutas não consideradas desviantes através de uma conduta considerada desviante. Pressupondo que parte do(s) autor(es/as) das intervenções no canal *folk* é/são religioso(s/as), podemos dizer que não se preocupam com o fato de estarem praticando um ato considerado desviante, tornando-se um *outsider* ou mesmo, sob a perspectiva da legislação brasileira, um pichador. É possível considerar que o sujeito religioso só faça uso desse meio por saber que é um desviante secreto, pois não é/será penalizado e/ou marginalizado por seus atos diante da sociedade ou até mesmo do grupo/denominação religioso/a a que está vinculado.

Sob a perspectiva da Sociologia das Religiões, cabe analisar e interpretar o resultado final do ato de desvio folkcomunicacional com características do âmbito religioso, evidenciando a ênfase e a presença de expressões, valores e

inscrições religiosas em lugares inesperados e historicamente marginais. Esse elemento sugere uma busca dos sujeitos religiosos por maior espaço na sociedade contemporânea brasileira, seja em locais secretos, na esfera pública ou política⁴³.

Por último, partindo de todas as formulações e hipóteses produzidas até aqui, uma última inquietação deste trabalho: seria, então, esse canal *folk* (considerado marginal e secreto), a presença de uma forma de expressão do “novo cenário religioso brasileiro”⁴⁴?

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard S. **Outsiders – estudos de sociologia do desvio**; 1ª ed.; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2008.

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação – A Comunicação dos Marginalizados**; São Paulo: Cortez, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Fronteira da fé- Alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje**. Revista Estudos Avançados; volume 52. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a17v1852.pdf>>. Acesso em: 24 de fev. 2014.

BRANDÃO, T.S. **Folkcomunicação da latrina: estudo dos grafitos de sanitário da Unesp-Bauru**. Revista Internacional de Folkcomunicação, v. 01, 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.408**, de 25 de maio de 2011.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CORNIANI, Fábio. **Afinal, o que é Folkcomunicação?** 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_acervo_pingos_fabio.pdf>. Acesso em: 10/04/2015, 14h 15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião** <<http://cod.ibge.gov.br/234JG>> acesso em: 23/04/2015, às 17h 33.

⁴³ Sobre a temática sugerimos a obra publicada de Vital e Lopes (2013) intitulada “Religião e Política” disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_religiao_e_politica_chris_vital_e_paulo_victor_14mar_webfinal.pdf, acessada em 30/05/2015, às 10h.

⁴⁴ Para maior aprofundamento sobre aspectos da realidade religiosa brasileira ver: Brandão (2004) artigo “Fronteira da fé - Alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje”; e Montes (1998) capítulo “Figuras do Sagrado: entre o público e o privado”.

_____. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência.** 2012.
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>> acessado em: 27/05/2015 às 14:09.